



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1  
2  
3  
4

## **ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

5Aos nove dias do mês de maio de dois mil e treze, realizou-se a Quadragésima  
6Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA  
7na sede da SERGS/RS, com início às 14 horas, com a presença dos seguintes  
8Conselheiros: **Sra. Mari Perusso**, representante da SEMA e Presidente deste  
9Conselho; **Sr. Fernando Hartmann**, representante da SERGS; **Sr. Itabajara Vaz**,  
10representante da CBIOT; **Sra. Ana Rosa Bered**, representante do Corpo Técnico da  
11FEPAM; **Sra. Lisiane Becker**, representante da Miraserra; **Sr. Ludwig Buckup**,  
12representante da IGRÉ; **Sr. Angêlo Antonio V. Silva**, representante da SSP-BM-  
13CABM ; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, representante da AGAPAN, **Sr. Alexandre**  
14**Scheifler**, representante da FETAG/RS, **Sr. Paulo Brack**, representante da INGÁ,  
15**Sra. Gilda Goulart**, representante da FAMURS, **Sr. José Homero Finamor Pinto**,  
16representante do CREA; **Sr. Darci Bernech Campani**, representante da UFRGS;  
17**Sr. Paulo José Gallas**, representante da SCIT; **Sra. Silvana Favreto**,  
18representante da SEDUC; **Sr. André José Kryszczun**, representante de SEDAC;  
19**Sra. Ana Lucia Cruz**, representante do SINDIÁGUA/RS; **Sra. Luiza Christina**  
20**Schafer**, representante da SEPLAG; **Sr. Ivo Lessa**, representante da FARSUL; **Sr.**  
21**Jurandir Farias**, representante da SEINFRA; **Sr. Torvaldo Marzolla**,  
22representante da FIERGS; **Sr. Marco Antonio Franceschi**, representante da SDPI;  
23**Sr. João Pessoa R. Moreira Junior**, representante do IBAMA; **Sr. Clóvis Kurtz**  
24**Galery**, representante da SES; **Sr. João Carlos A. Santos**, representante da  
25SOP/RS; **Sr. Eduardo Stunpf**, representante do Fórum de Comitês de Bacia  
26Hidrográficas; **Sr. Valdir P. Zonin**, representante da SEAPA e **Sra. Márcia Gomes**,  
27representante da FEPAM. Ainda encontravam-se presentes os senhores: Viviane  
28Martins Bertola, Regina Gomes de Freitas, Leila Affonso Reis de Souza, Rosaura  
29Heurich, Douglas Vitorassi, Clebes Pinheiro, Rafael Volquind, Márcia Gomes e Vanise  
30Tombesi Pires da FEPAM; Karla Leal Cozza, Mario Luiz Rangel e Paulo César Cardoso  
31Germano do Fórum de Comitês de Bacia Hidrográficas; Paula S. de Moura do  
32SINDIÁGUA/RS; Marilene Conte da FIERGS; Raíssa Rilo Christoff, Pâmela Manica,  
33Thaís Silva Borges e Fernanda da ONG Mira Serra; Silvia Aparecida Rudek Wathier da  
34FAMURS; Diego Polacchini Carrillo do Corpo Técnico da FEPAM; Mauricio V. de Souza  
35do IBAMA; Marcel Frison e Guilherme Barbosa da SEHABS; Francisco Goulart, Luiz  
36Fernando Jochims, Paula Maria Cypriano e Fernando Machado da CORSAN; Fernando  
37Franco da SGG; Sandra Jussara Mendes Ribeiro da AGAPAN; Thiago Krebbs, Tatiane  
38O. Leite e Fabrício Dias Loguercio da SEMA. Justificaram ainda as ausências os

39 senhores Eduardo Alexis Lobo Alcayaga e Elisabete Zanin representantes da  
40 Instituição Universitária Privada e Daniel Chies e Margô Guadalupe Antonio  
41 representantes da ONG Amigos da Floresta. Deu-se inicio a reunião com a palavra a  
42 senhora Gabriela Freitas, Secretária Executiva do CONSEMA. Sra. Gabriela Freitas:  
43 Boa tarde senhores conselheiros damos inicio agora a quadragésima primeira reunião  
44 extraordinária do CONSEMA, inicialmente então eu vou fazer a leitura das  
45 comunicações: a Secretaria Estadual da Educação indica a senhora Silvana Favreto  
46 para representar a secretaria nesta reunião; o SINDIÁGUA indica a senhora Paula  
47 Silva de Moura para substituir o senhor David Edison Borges Maciel Barros, junto a  
48 Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Município na  
49 qualidade de suplente; e a FEPAM indica a senhora Márcia de Souza Gomes diretora  
50 presidente para representar a fundação nesta reunião. Além disso nós temos outras  
51 representações aqui, que eu devo ler agora: "Designamos o senhor Clóvis Kurtz  
52 Galery para representar a Secretaria Estadual de Saúde nesta reunião. Informamos  
53 que a servidora Luiza Christina Schafer participará da quadragésima primeira reunião  
54 extraordinária do CONSEMA e se realizar no dia nove de maio do corrente ano, tendo  
55 em vista que a servidora Laurie Fofonka Cunha que é representante suplente desta  
56 pasta não comparecerá. Atenciosamente secretário de estado João Constantino  
57 Motta, Secretaria de Planejamento de Ação e de Participação Cidadã. Justificativa de  
58 ausencias: Instituição Universitária Privada justifica a ausência de seus  
59 representantes Eduardo Alexis Lobo Alcayaga e Elisabete Zanin; e a ONG Amigos da  
60 Floresta justifica a ausência de seus representantes: Daniel Chies e Margô  
61 Guadalupe Antonio. Vamos fazer a verificação de quórum, por favor senhores  
62 conselheiros queiram levantar seus crachás para a verificação de quórum. Vinte e  
63 quatro conselheiros presentes, *habemus quorum*. Vamos dar início a reunião com o  
64 ponto de pauta proposto pelo CREA/RS (Conselho Regional de Engenharia e  
65 Agronomia do Rio Grande do Sul) da minuta que "Dispõe sobre a excepcionalidade  
66 dos sistemas públicos de esgotamento sanitário, no que diz respeito aos padrões e  
67 condições para a emissão de efluentes líquidos em águas superficiais do Estado do  
68 Rio Grande do Sul". Nós gostaríamos de observar que ficou alterado na última  
69 reunião Ordinária do CONSEMA o paragrafo único desta minuta, alteração proposta  
70 pela Assessoria Jurídica da SEMA, trata-se do paragrafo final, a qual eu passo a fazer  
71 a leitura agora: "*Parágrafo único – Ao final do prazo estabelecido no caput, o*  
72 *Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA deverá iniciar nova discussão*  
73 *sobre esta resolução, permanecendo em vigor a presente Resolução, até que haja*  
74 *novo posicionamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.*" Sra.  
75 Presidente Mari Perusso: Boa tarde a todas e a todos, gostaria aqui de dar as boas  
76 vindas aos conselheiros e conselheiras, conselheiros governamentais, saudar meus  
77 companheiros de secretariado, Secretário Marcel Frison, a Diretoria da FEPAM, aqui  
78 representada pela Presidenta Márcia Gomes, pelo nosso Diretor Técnico Rafael, aos  
79 Funcionários da FEPAM aqui presente também representados pela Associação, as  
80 Entidades Não Governamentais, Universidades, Entidades Empresariais, e todos os  
81 seguimentos que aqui participam. Como é de conhecimento público, eu assumi a  
82 Secretaria de Meio Ambiente no último dia trinta de abril, estou a frente desta  
83 Secretaria tratando de trabalhar a normalidade e a rotina de todos os processos e  
84 trabalhos que desenvolvem a SEMA e a FEPAM, num momento difícil para nós  
85 funcionários, gestores governamentais, mas que estamos aí trabalhando nosso dia a  
86 dia e que vale um agradecimento especial aos servidores destas duas casas da SEMA  
87 e da FEPAM. Hoje essa reunião extraordinária ela tem uma pauta única, que é a

88 proposta de minuta do CREA, eu então gostaria já de ler, contextualizar esta pauta  
89 que vocês conhecem, mais do que eu, e acompanham essa situação até a presente  
90 data das reuniões até aqui. Na centésima quadragésima quarta reunião ordinária do  
91 CONSEMA, foi encaminhado a pedido do CREA a proposta de minuta que trata sobre  
92 esse tema para a Câmara Técnica Permanente de Controle e Qualidade Ambiental, a  
93 câmara técnica tratou da proposta em sua centésima terceira reunião ordinária no  
94 dia dez de abril do corrente ano e na vigésima reunião extraordinária desta câmara  
95 no dia dezesseis de abril do corrente, onde foi aprovada a minuta que foi  
96 encaminhada para a centésima quinquagésima quinta reunião do CONSEMA que  
97 aconteceu no dia dezoito de abril de dois mil e treze, nesta reunião para contribuição  
98 da contextualização da proposta da minuta o senhor Arnaldo Dutra, presidente da  
99 CORSAN, realizou apresentação ao plenário, sobre o contexto histórico do  
100 saneamento básico no Rio Grande do Sul, após debate entre os conselheiros, três  
101 entidades fizeram pedido de vista, são elas: ASFEPAM, Mira Serra, Comitê de Bacias  
102 Hidrográficas... CREA, FETAG, AGAPAN e INGÁ. Então nós na data de hoje, neste  
103 momento, estou propondo para a votação, pra nós trabalhar a metodologia da  
104 apresentação dos pareceres, então a proposta é de que cada uma destas entidades  
105 apresente Comitê de Bacias Hidrográficas, INGÁ, AGAPAN, FETAG, Mira Serra,  
106 ASFEPAM e CREA. Apresentem seus pareceres de seus pedidos de vista, estou  
107 propondo cinco minutos de tempo, para depois a gente passar para as intervenções,  
108 discussões e votação. Sr. Paulo Brack: Boa tarde, sou o Paulo do INGÁ, eu poderia...  
109 Sra. Presidente Mari Perusso: Sim por favor. Sr. Paulo Brack: Boa tarde a  
110 presidência, boa tarde a todos, nós do INGÁ e falo em nome das demais entidades  
111 ambientalistas do Rio Grande do Sul, nós consideramos que, diante do quadro que  
112 temos e de tudo que aconteceu na secretária, desta reorganização necessária, para  
113 colocar em ordem a secretária e restabelecer um clima necessário, nós da mesma  
114 forma nós sabemos que o CONSEMA, também necessita de ter um ambiente, com  
115 pessoas e com toda a sua estruturação, pelo menos que o clima e as pessoas que  
116 fazem parte do conselho e os representantes do governo em fim, que nós tenhamos  
117 uma já segurança de uma situação que deveria ser encontrada, e que nós não  
118 encontramos neste momento então em condição de... considerando que não seria, e  
119 já encaminhamos isso junto até com nosso parecer. Nós achamos que o momento  
120 não é para deliberação, já que essa discussão foi apressada, houve uma reunião em  
121 que... uma proposta que, ela chegou a três dias antes da reunião do CONSEMA, a  
122 última proposta e tivemos pouco tempo para aprofundar essa questão, já que ela  
123 coloca em caráter de excepcionalidade três... duas... no caso pelo menos, resoluções  
124 que... as resoluções do CONSEMA que levou um tempo muito grande pra se  
125 elaborar, nós não consideramos que o CONSEMA esteja em condições de deliberar  
126 sobre este tema. Então a gente faz aí um apelo, talvez a gente consiga continuar  
127 esta discussão, mas que não deliberemos. Em segundo lugar nós queremos que a  
128 secretária ela possa sim ser restabelecida nos seus quadros com caráter técnico e  
129 que a questão política partidária não fique predominando, inclusive que pessoas  
130 estranhas a área coloquem seus cargos a disposição, por que pessoas que são  
131 ligadas ou indicadas a partidos, que são completamente estranhas a área, eu diria  
132 aqui a questão do DEFAP, não só o que aconteceu em outros setores, mas eu diria o  
133 DEFAP também nós precisamos considerar, colocar ele como um órgão estratégico,  
134 como setor estratégico da SEMA, que a gente sabe que vários agentes, hoje dentro  
135 do governo, eles fazem parte de cotas partidárias, eu acho que isso aí enfraquece  
136 muito a secretária, enfraquece as políticas ambientais, a gente também gostaria de

137fazer essa colocação. Obrigado. Sra. Presidente Mari Perusso: Paulo Brack, eu até  
138tentei Paulo Brack ter uma agenda contigo, não deu certo as ligações de telefone  
139pra te receber na quinta, pela APEDEMA lá que deixaste recado. Eu gostaria antes de  
140dar seguimento de colocar em votação essa questão colocada, por que nós  
141entendemos que nós gestores estamos em plena capacidade de exercício do  
142mandato de secretaria, assim como a presidente da FEPAM, nossos entes de  
143governo, vocês colocaram e inclusive eu encaminhei estas outras questões que são  
144extra pauta, aqui da questão deste tema específico desta pauta, em que vocês  
145colocam no parecer, eu encaminhei ao centro de governo e teremos uma reunião,  
146que será mantida, a reunião ordinária do CONSEMA no dia dezesseis de cinco, em  
147que depois a gente trabalhará a pauta. Então para dar seguimento aqui a questão da  
148pauta eu gostaria de colocar em votação esta questão da continuidade da reunião.  
149Então em votação. Quem for favorável... Sr. Paulo Brack: Uma correção. É em  
150caráter deliberativo. Que a reunião não tenha o caráter deliberativo. A nossa  
151proposta é que não tenha caráter deliberativo. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta  
152certo em caráter de votação, que a gente continue a reunião, e que faça em caráter  
153deliberativo. A proposta da INGÁ, da APEDEMA, do Paulo é que se faça a reunião  
154mas que não tenha caráter deliberativo. Então proposta numero um e proposta  
155numero dois. Vamos a votação. Proposta numero um, por favor quem for favorável a  
156continuidade da reunião com caráter deliberativo, levante o crachá. Dezoito votos.  
157Quem for pela proposta numero dois, de continuidade da reunião, mas sem caráter  
158deliberativo. Seis votos. Então dezoito, e seis votos, então não temos abstenções por  
159que foi apurada a totalidade dos votos e que tiveram seu posicionamento.  
160Retornando a questão da metodologia para apresentação dos pareceres, o Comitê de  
161Bacias Hidrográficas não esta presente. Conselheiro não identificado: Estão  
162chegando. Sra. Presidente Mari Perusso: Nós tínhamos a proposta da INGÁ, da  
163AGAPAN, dos Comitês, da FETAG, da Mira Serra, da ASFEPAM e do CREA para  
164apresentarem seus pareceres e pedidos de vista. Pois não Finamor: Sr. José Homero  
165Finamor Pinto: Quanto a metodologia, eu gostaria de solicitar... eu que apresentei a  
166proposta pelo CREA, mas que nunca foi apresentada a proposta no plenário do  
167CONSEMA, houve uma apresentação pelo presidente da CORSAN, nada a ver com a  
168proposta do CREA. Nós fizemos uma apresentação da proposta lá na câmara técnica  
169na primeira reunião, e aqui no CONSEMA nunca foi feita a apresentação. Então eu  
170gostaria como autor da proposta fazer uma apresentação que eu fiz, para poder  
171esclarecer as pessoas do assunto que a gente esta tratando. Sra. Presidente Mari  
172Perusso: Bom vamos fazer a votação, por que quem esteve participando da câmara  
173técnica, as entidades conhecem, então como fizemos aqui pela outra. Vamos  
174apresentar a proposta, anterior aos pareceres e pedidos de vista. E a outra questão  
175de passarmos direto aos pareceres e pedidos de vista. Então vamos a votação. A  
176primeira proposta apresentar; a segunda de irmos direto aos pareceres e pedidos de  
177vista. Então em votação. Quem apoia a apresentação da proposta de apresentação  
178da proposta por parte da CORSAN... da suspensão... Sra. Gabriela Freitas: Do CREA.  
179Sra. Presidente Mari Perusso: Do CREA, desculpem-me. É que quem fez a  
180apresentação anterior foi a CORSAN. Em votação. Quem concorda com essa  
181proposta, por favor levante o crachá. Seis votos. Quem concorda que nós passemos  
182a avaliar os pareceres e pedidos de vista, quem vota. Quatorze votos. Abstenções.  
183Quem tem abstenção. Quatro abstenções. Ao tempo da apresentação dos pareceres,  
184cinco minutos, a ideia é que pode se estender mais três minutos. Apresenta o  
185parecer em cinco minutos, podendo estender a três, essa é a proposta da mesa.

186Precisamos votar esse tempo ou a gente pode passar essa questão. Cinco minutos  
187para a apresentação e se precisar mais três minutos. Ok, não precisamos votar?  
188Então chamo aqui já de imediato o representante do INGÁ para fazer a apresentação  
189do parecer do pedido de vista. Paulo. Sra. Gabriela Freitas: Paulo, se puderes falar  
190aqui, no microfone pra depois podermos fazer a degravação. Obrigado. Sr. Paulo  
191Brack: Então. Em primeiro lugar eu queria só fazer um esclarecimento, é que nós  
192não pedimos... senhora presidente, secretaria, ...nós não pedimos pra falar com a  
193senhora essa semana, acho que houve um equivoco, no caso o Edison me ligou  
194perguntando o meu telefone... talvez acho que foi mais... até nós não chegamos a  
195fazer essa..., pela APEDEMA não chegamos a fazer, secretaria, só pra esclarecer.  
196Bom cabe destacar que a resolução do CONSEMA cento e vinte e nove de dois mil e  
197seis, que dispõem sobre a definição de Critérios e Padrões de Emissão para  
198Toxicidade de Efluentes Líquidos lançados em águas superficiais do Estado do Rio  
199Grande do Sul, teve discussão e elaboração que levou anos nas câmaras técnicas  
200permanentes do conselho. Atualmente os padrões Atualmente, os padrões e  
201condições para a emissão de efluentes líquidos em águas superficiais não tem o  
202acompanhamento necessário, conforme reconhecido pelos técnicos da FEPAM e o  
203próprio ex-diretor da CORSAN, o que acaba em resultar em seu descumprimento,  
204como por exemplo os altos níveis do elemento Fósforo. Tal situação já foi explanada  
205em diversas falas, no CONSEMA, na reunião anterior, e não é novidade a má  
206qualidade de corpos d'água, decorrente de poluição. Consideramos que  
207"Excepcionalidade" é uma condição que, se utilizada, é ligada a situações eventuais  
208como acidentes, por exemplo, sempre em curtos períodos de tempo. Mas a atual  
209proposta, que seria decorrente de demandas de projetos do PAC, abre exceção  
210perigosa e levanta muitas dúvidas, criando precedente negativo em todas as áreas,  
211em nosso tão combalido ambiente do RS. Ademais, a proposta teve trâmite rápido na  
212Câmara Técnica Permanente de Qualidade Ambiental, com proposições sem a  
213discussão necessária. Inclusive os próprios também apresentaram aqui seu  
214desconforto por não terem sido, os funcionários da FEPAM, por não terem sido  
215consultados e aberto uma discussão maior dentro do próprio corpo técnico da  
216FEPAM, então nós consideramos que... Ademais a proposição era também defendida  
217veementemente por agentes públicos da direção da SEMA e CORSAN que estão hoje  
218mais nos seus cargos, o que deixa o tema destituído de encaminhamento adequado.  
219Em um dos casos, da SEMA, o corpo de funcionários, então já tínhamos falado, não  
220foram consultados para isso. Então cabe lembrar que a primeira versão da proposta  
221pedia também a dispensa da realização de estudo de capacidade de suporte para os  
222corpos hídricos receptores, o que é inadmissível do ponto de vista de que os corpos  
223d'água no Estado já se encontram, em algumas condições, em condições bastante  
224prejudicadas... aqui faltou uma parte do meu pedido de vista, até pela pressa que a  
225gente teve que fazer, mas considerando então que as condições hoje de capacidade  
226de suporte dos corpos d'água, a gente também esta sem uma estrutura de  
227monitoramento, seja ela tanto da qualidade da água como da qualidade do ar. O  
228tema requer maior discussão, já que sua aprovação deixa simplesmente em vigência  
229a resolução do CONAMA quatrocentos e trinta de dois mil e onze poderia  
230comprometer todo um trabalho realizado por Câmaras Técnicas, fragilizando ainda  
231mais as resoluções já aprovadas pelo CONSEMA. Então questionamos o alegável  
232êxito desta resolução , considerando-se também o momento de crise jamais vista no  
233sentido das atuais denúncias de suspeição na área de gestão ambiental no Rio  
234Grande do Sul. A concessão de caráter de excepcionalidade pode abrir um

235precedente perigoso, revogando com a resolução, a resolução cento e vinte e nove  
236que teria levado três anos para ser concluída. Então assim, somos de parecer pelo  
237indeferimento desta proposta de Resolução, pelo conteúdo vago da mesma, ademais  
238consideramos profundamente arriscado aprovar uma resolução de forma açodada  
239que criaria precedentes perigosos. Sra. Presidente Mari Perusso: AGAPAN. Sra. Edi  
240Xavier Fonseca: A emissão de efluentes líquidos domésticos em águas superficiais do  
241Estado do Rio Grande do Sul, nós mantivemos os considerandos da proposta inicial,  
242eu vou lê-los: Considerando a necessidade de preservar a qualidade ambiental, de  
243saúde pública e dos recursos naturais, quanto ao lançamento de efluentes líquidos  
244oriundos de sistema de tratamento de esgoto sanitário em águas superficiais no Estado  
245do Rio Grande do Sul; Considerando a necessidade da redução progressiva de carga  
246poluidora lançada in natura nos recursos hídricos, e que a instalação progressiva de  
247Sistemas de Tratamento de Esgoto promoverá melhorias na qualidade das águas dos  
248mananciais do Estado do Rio Grande do Sul; Considerando a Resolução CONSEMA cento  
249e vinte e oito, de vinte e quatro de novembro de dois mil e seis, que dispõe sobre a  
250fixação de Padrões de Emissão de Efluentes Líquidos para fontes de emissão que lancem  
251seus efluentes em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul; Considerando a  
252Resolução CONSEMA cento e vinte e nove, de vinte e quatro de novembro de dois mil e  
253seis, que dispõe sobre a definição de critérios e padrões de emissão para toxicidade de  
254efluentes líquidos lançados em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul;  
255Considerando a Resolução CONSEMA duzentos e cinquenta e um, de vinte e quatro de  
256dezembro de dois mil e dez, que dispõe sobre a prorrogação de prazo para cumprimento  
257do artigo nono da resolução CONSEMA cento e vinte e nove, de vinte e quatro de  
258novembro de dois mil e seis que define critérios e padrões de emissão para toxicidade de  
259Efluentes líquidos lançados em águas superficiais do Estado do Rio Grande do Sul;  
260Considerando a Resolução CONSEMA duzentos e quarenta e cinco, de vinte de agosto de  
261dois mil e dez, que dispõe sobre a fixação de procedimentos para o licenciamento de  
262Sistemas de Esgotamento Sanitário, considerando etapas de eficiência, a fim de alcançar  
263progressivamente os padrões de emissão e os padrões das classes dos corpos hídricos  
264receptores, em conformidade com os Planos de Saneamento e de Recursos Hídricos;  
265Considerando a Resolução CONAMA numero quatrocentos e trinta e seis, de treze de maio de  
266dois mil e onze, a qual dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes  
267que complementa e altera a Resolução numero trezentos e cinquenta e sete, de  
268dezessete de março de dois mil e cinco, do Conselho Nacional do Meio Ambiente –  
269CONAMA; Considerando a Resolução CONAMA numero trezentos e cinquenta e sete, de  
270dezessete de março de dois mil e cinco. Que dispõe sobre a classificação dos corpos de  
271água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as  
272condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;  
273Considerando a Lei Federal onze mil quatrocentos e quarenta e cinco de dois mil e sete,  
274regulamentada pelo Decreto Federal sete mil duzentos e dezessete de dois mil e dez –  
275Política Nacional de Saneamento Básico, que dentre outros aspectos determina a  
276necessidade de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, como  
277condicionantes para obtenção de recursos federais, o nosso parecer é... Consideramos  
278que o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul - CONSEMA,  
279no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual numero dez mil trezentos  
280e trinta, de vinte e sete de dezembro de hum mil novecentos e noventa e quatro, não  
281pode abrir mão, mesmo que em caráter “excepcional” da manutenção de suas  
282Resoluções, bem como dar moratória, (suspensão por três anos) principalmente, levando  
283em consideração a fragilidade ambiental que se encontram os nossos Recursos Hídricos e,  
284que foram dados prazos suficientes para atendimentos das Resoluções que quer suprimir  
285a cento e vinte e oito e cento e vinte e nove, mesmo que seja em caráter excepcional.

286Sra. Presidente Mari Perusso: Obrigada. A FETAG, por favor. Sr. Alexandre Scheifler: Boa  
287tarde colegas, boa tarde senhora secretaria. Não conseguimos enviar o pedido de vistas,  
288de antemão ao CONSEMA, visto que nós tivemos problemas de e-mail então vamos fazer  
289a apresentação do parecer, mas vou sustentá-lo oralmente. A FETAG veio pedir vistas  
290justamente baseado no Regimento Interno do CONSEMA, que é o paragrafo primeiro do  
291artigo vinte e cinco, que prevê que em uma reunião ordinária, deveriam ser enviados os  
292documentos com uma semana de antecedência, e já que recebemos os documentos e  
293não pudemos analisar a proposição, nem o teor da discussão neste curto espaço de  
294tempo e tendo em vista que a FETAG também não compõem esta câmara técnica que  
295fez a discussão. Então por falta de conhecimento e também no sentido de levar esta  
296discussão para dentro de minha instituição nós havíamos solicitado vistas. Eram estas as  
297minhas considerações e as considerações da FETAG. Sra. Presidente Mari Perusso: Mira  
298Serra. Sra. Lisiane Becker: Bom eu quero destacar que esta proposta foi elaborada antes  
299da atual conjuntura, crítica do Estado, nós reunimos bem antes... no sábado, e estourou  
300a bomba na segunda, então nós concordamos com tudo que foi dito antes pelas  
301entidades ambientalistas no que tange a situação critica de insegurança, inclusive a  
302proposta que nós estamos colocando não é a ideal, nó não a consideramos a ideal,  
303muito menos em relação, muito mais em relação a essa situação que o Estado enfrenta  
304em que nós não temos as pessoas que gostaríamos ou que teriam as condições básicas,  
305pessoas ligadas ao... com experiencia no assunto, isso aí dificulta bastante, que trabalha  
306em órgão público sabe disso, é difícil a gente ter pessoas sem experiencia no assunto...  
307eu queria deixar assim... expressar meu descontentamento, com o cancelamento da  
308câmara técnica, da reunião com duas horas antes, por que eu me senti como conselheira  
309ultrajada, uma vez que foi... como sociedade civil eu pedi o assunto em plenário no ano  
310passado, foi aprovado por essa plenária, soberana, estava tramitando em câmara  
311técnica, e duas hora antes foi cancelada, eu me senti ultrajada como conselheira, por  
312que a câmara técnica... o CONSEMA é soberano, poderia até cancelar por um motivo  
313mais nobre, uma reunião como essa de hoje, tendo motivos para uma reunião  
314extraordinária, mas não a câmara técnica que esta tendo um assunto estratégico, foi  
315muito discutido aqui, conseguimos uma unanimidade da plenária e duas horas antes  
316cancelam, então realmente estou colocando meu sentimento em relação a isso. Bom  
317então passando a resolução CONSEMA, os considerandos permanecem praticamente os  
318mesmos, o que interessa é que nós estamos colocando uma proposta parcialmente  
319substitutiva, até por que o ultimo paragrafo não dá pra considerar, pode passar, os  
320tarjados de amarelo, para diferenciar a outra proposta... então dentro do caráter  
321excepcional ficam suspensas as resoluções cento e vinte e oito e cento e vinte e nove  
322dos sistemas públicos de tratamento de esgoto sanitário, deixar bem claro. que é dos  
323sistemas públicos de tratamento de esgoto; o artigo segundo seria o mesmo, mas  
324mudando totalmente a lógica de como vai ser usada a quatrocentos e trinta, por que  
325ficou em aberto isto na proposta original, então colocaria o paragrafo primeiro, para  
326feito do que trata o caput, deverão ser considerados os respectivos planos de bacia  
327hidrográficas os zoneamentos ecológicos e econômicos, e a capacidade de suporte do  
328corpo hídrico, sem isso não dá pra fazer a quatrocentos e trinta só para novas obras; a  
329suspensão que trata o artigo primeiro se aplica somente ao licenciamento ambiental de  
330novas obras, no período de três anos, ali onde esta em vermelho os três anos, por que  
331não ficou... em algum momento não ficou dito por que três anos, por que não dois; por  
332que não quatro; por que não cinco; por que não um. Esse numero ficou meio cabalístico,  
333eu deixei em vermelho ali por que nem olhando a proposta, inclusive o processo  
334realmente tramitou em caráter sumário, é uma repetição da mesma proposta, não há  
335grandes discussões, então ficou muito fraca a discussão na câmara técnica, e estes três  
336anos não ficou claro, o porque dos três anos. Somente se pode discutir este período,

337para obras novas, considerando as obras do PAC (Programa de Aceleração do  
338Crescimento), a verba do PAC que esta colocado ali em cima, e só pra obras novas e  
339com todo aquele zoneamento, capacidade de suporte. E aí, findo o prazo, as condições e  
340padrões de lançamento de efluentes líquidos deverão buscar a adequação prevista pelas  
341Resoluções CONSEMA cento e vinte e oito e cento e vinte e nove. Então não tem essa de  
342que há previsão de que o CONSEMA se reúna pra ver se vai continuar ou não, por que é  
343muito fácil esquecer daqui três anos e passar batido, e ficar tacitamente revogadas a  
344cento e vinte e oito e cento e vinte e nove. Então findo o prazo, caso se aprove, não é a  
345situação ideal para o estado, mas é pelo menos uma alternativa, finda esse prazo volta a  
346atingir os da cento e vinte e oito e cento e vinte e nove, enquanto as que estão aí,  
347também tem que entra de acordo com nossa resolução do CONSEMA. E paragrafo  
348segundo; as empresas públicas que operam sistemas de tratamento de esgoto sanitário,  
349deverão prever cronograma para atingir as condições e padrões de lançamento de  
350efluentes líquidos constantes na resolução cento e vinte e oito. Não adianta daqui três  
351anos construir a nova e acabou. Já tem que na hora de fazer o projeto, já prever um  
352programa de adequação futura, daqui a três anos pra se enquadrar na cento e vinte e  
353oito e cento e vinte e nove, não exime as que já estão construídas e nem as que daqui  
354três anos vão estar concluídas, somente neste período em função desta verba do PAC,  
355só por causa disto. É uma excepcionalidade, assim num caráter emergencial  
356praticamente, embora o governo tivesse tido chance de fazer isso bem antes. Não  
357justifica, mas... era isso. Sra. Presidente Mari Perusso: Obrigada. Comitê de Bacias  
358Hidrográficas. Sr. Eduardo Stumpf: Boa tarde a todos. Eduardo Osório Stumpf  
359representante dos Comitês de Bacia Hidrográficas do Estado, tendo em vista o pedido de  
360vistas coletivo, então o Comitê de Bacias através do Fórum Caucho de Comitês traz a  
361sua manifestação; em relação a minuta. Primeiramente, tendo em vista o processo que  
362tramita na câmara e que a gente teve acesso, então o item três da manifestação faz um  
363relato em relação ao tema, em relação aos investimentos, as necessidades de  
364cumprimento da resolução que esta em vigor, a necessidade de muito mais área para  
365construção das estações e com isso teríamos menos estações, então não conseguiríamos  
366avançar na questão do saneamento básico do estado, e os comitês de bacia são  
367diretamente interessados neste assunto, por este assunto, deduzindo que os comitês já  
368estão atentos a essa situação e discutiram esse assunto, e já têm sua posição formada a  
369bastante tempo, os comitês apresentaram na agenda de debates essa proposta, que  
370depois foi referendada pelo CREA. Bom em relação, eu não vou ler o parecer por que ele  
371foi mandado para todo mundo e eu acho que todo mundo leu, então vou só destacar as  
372questões mais interessantes do assunto pautado na ultima reunião. Na ultima reunião  
373nós tivemos a apresentação do meu colega de faculdade de agronomia, aluno do  
374professor Campani, Arnaldo Dutra, onde uma parte importante, por que não dizer  
375central, da necessidade de investimentos que nós temos em saneamento, em torno de  
376cento e sessenta bilhões pra gente atingir o saneamento em todo o estado, a  
377universalidade do esgotamento sanitário até dois mil e trinta. E no Rio Grande do Sul o  
378que chama a atenção é que em um estado com doze milhões de pessoas, atualmente  
379nós temos o equivalente a nove milhões de pessoas sem atendimento. A posição dos  
380comitês é bem clara, nós queremos qualidade ambiental, então é preferível a gente fazer  
381o que podemos e com o tempo a gente vai mudar, de novo parafraseando o Governador  
382Antônio Hohlfeldt, a legislação sempre é feita para resolver os problemas já acontecidos,  
383então no Rio Grande do Sul a gente tem toda essa discussão, que é muito importante,  
384em relação a resolução do CONSEMA, mas advêm uma nova resolução do CONAMA, e  
385entendemos, queno momento em que nós temos um conflito, e nós temos a  
386responsabilidade de resolver este conflito para a sociedade, nós como representantes da  
387sociedade, nós todos aqui neste estado, e finalmente poder, só mais rapidamente a



388manifestação direta dos Comitês, através do presente, os Comitês de Bacia Hidrográfica  
389do Rio Grande do Sul apresentam manifestação em relação ao Pedido de Vistas coletivo,  
390pleiteado na centésima quinquagésima quinta Reunião Ordinária do CONSEMA, referente  
391à minuta de Resolução, e aí colocar uma posição mais política dos Comitês, como a  
392gente tem trabalhado perante este CONSEMA, então preliminarmente, em um contexto  
393socioambiental, há de se considerar como pressupostos ambientais os mananciais  
394hídricos e a água como recursos primordiais a serem protegidos pelas políticas públicas  
395de conservação de florestas, preservação de APPs (Áreas de Preservação Permanente) e  
396implantação de Ucs (Unidades de Conservação), as quais objetivam preservar os  
397mananciais e oferecer outros recursos ou serviços, além das políticas de saneamento e  
398de resíduos sólidos, que objetivam não poluir estes mananciais. Em suma como eu gosto  
399de dizer o Código Florestal que a gente discute, na real ele é o código das águas, por  
400que o objetivo do Código Florestal primeiro é preservar os mananciais hídricos, é  
401preservar a água, no momento que a gente tiver a água tu vai ter..., a água é a fonte de  
402tudo, a fauna toda, inclusive nós dependemos da água, e se movimentamos em relação  
403a água, por isso é importante o Código Florestal, digo o código das águas, cientes da  
404importância da ação gerencial do Estado em um processo de planejamento capaz de  
405responder, com eficácia e rapidez, à complexidade das demandas sociais, que desde mil  
406e dois, continua as mesmas. os Comitês de Bacia Hidrográfica reiteram a pertinência da  
407temática Sustentabilidade dos Recursos Hídricos como instrumento base para a  
408formatação do Zoneamento Ecológico-Econômico, eu já coloquei mais ou menos na  
409outra reunião essa inteiração, a maneira com que a gente vê essa inteiração entre os  
410sistemas, a gente divide para governar, nós temos o sistema de meio ambiente e temos  
411o CONSEMA, que por lei, e por nós é considerado o órgão superior de meio ambiente e  
412que deve gestar, implementar e assegurar a política de meio ambiente. A política de  
413meio ambiente ela tem diversas interfaces, então esta interface que hoje nós estamos  
414falando é o saneamento básico, tendo também interfaces com outros sistemas, como o  
415sistema de recursos hídricos, de saneamento e a partir de onze de quatro nós tivemos  
416um novo sistema, que é o Sistema Estadual de Irrigação, que está tramitando na  
417Assembleia. Com todos estes sistemas são importantes pra nós chegarmos a um  
418documento maior do estado, além do Código Florestal que já é a política, é nós  
419chegarmos ao Zoneamento Ecológico-Econômico, onde nós também fizemos uma  
420proposta de que ele tem que ser muito bem debatido aqui, e no caso do saneamento, os  
421comitês se arvoram a uma importância, tendo em vista que o sistema, ele é bem  
422formatado e está em curso pelo próprio estado com um empenho de um volumoso  
423recurso para fazer os planos de bacia, onde a gente tem um diagnóstico, tem todo um  
424trabalho, e esse trabalho não pode ser perdido lá no Sistema de Recursos Hídricos,  
425trabalho que tem que ser incorporado pelo zoneamento. Só uma questão legal, os  
426Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas integram o Sistema Estadual de  
427Recursos Hídricos cuja a política tem por objetivo promover a harmonização entre os  
428múltiplos e competitivos usos dos recursos hídricos e sua limitada e aleatória  
429disponibilidade temporal e espacial, de modo a, entre outros, impedir a degradação, aí  
430entra o Sistema de Saneamento, Sistema de Resíduos Sólidos, e promover a melhoria da  
431qualidade, que é o Sistema de Unidades de Conservação, APPs, Reserva Legal, e o  
432aumento da capacidade de suprimento dos corpos de água superficiais e subterrâneas,  
433isso é o que está na lei, bom diante do exposto, uma das diretrizes da Política Estadual  
434de Recursos Hídricos é a articulação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH  
435com o Sistema Nacional e com Sistemas Estaduais ou atividades afins, tais como de  
436planejamento territorial (leia-se zoneamento), meio ambiente (leia-se Sistema de Meio  
437Ambiente, CONSEMA), saneamento básico (leia-se CORESAN "Conselho Regional de  
438Saneamento" e Sistema Estadual de Saneamento), agricultura e energia. Entre as

439atribuições dos CBH está a de propor ao órgão ambiental o enquadramento dos corpos  
440de água da bacia hidrográfica em classes de uso e conservação, então os Comitês tem  
441essa importância de organização territorial, depois do diagnóstico da situação de cada  
442bacia que prevê que qualidade que se quer ou que se pode alcançar nessa bacia em um  
443determinado tempo, cinco anos, dez anos, vinte anos assim, considerando as distintas  
444fases de operacionalização dos Planos de Bacia, o impacto do esgotamento sanitário nos  
445recursos hídricos e as discussões no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica, o Fórum  
446Gaúcho dos Comitês encaminhou, já em julho do ano passado uma proposta em relação  
447a esse assunto através de sua representação deste conselho, neste ponto os Comitês de  
448Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul como órgãos de Estado político deliberativos,  
449compostos por membros usuários da água e membros representantes da população que,  
450voluntariamente, trabalham em prol da gestão dos recursos hídricos do Estado, vêm  
451manifestar posicionamento favorável à aprovação da minuta de Resolução de  
452excepcionalidade quanto aos sistemas de tratamento de esgotos sanitários e os padrões  
453e condições para a emissão de efluentes líquidos domésticos em águas superficiais do  
454Rio Grande do Sul. Muito obrigado. Sra. Presidente Mari Perusso: Obrigada. ASFEPAM.  
455Sra. Ana Rosa Bered: Em primeiro lugar fazer uma correção, eu não represento a  
456ASFEPAM, eu represento o Corpo Técnico da FEPAM, que são fóruns diferentes. Eu vou  
457buscar simplificar um pouco os considerandos do documento encaminhado pela  
458Secretaria Executiva do CONSEMA a todos, e vou me focar naquilo que os técnicos da  
459FEPAM entendem como mais importante. Nós entendemos que deve ser dada a mesma  
460importância tanto de tempo como de discussão para a aprovação desta proposta que foi  
461dada para a cento e vinte e oito e cento e vinte e nove de dois mil e seis, isso significa  
462que nós entendemos que essas propostas, ou estes itens que estão colocados aqui  
463devem ser enviados para a Câmara Técnica, nós entendemos também que a avaliação  
464da condição de suporte nos corpos receptores que por ventura venham a receber estes  
465efluentes, tem sim que ser considerados, entendemos também que a simples construção  
466de ETEs (Estações de tratamento de Esgoto) sem instalação de rede coletora em toda a  
467área urbana municipal, não funciona. Então eu vou ler rapidamente as nossas propostas  
468que efetivamente deverão ser discutidas nos fóruns, ou nos fóruns do conselho, ou nos  
469fóruns da Câmara Técnica. Então para que haja real atendimento do exposto e dos  
470"considerandos" da minuta apresentada, entendemos haver necessidade de inclusão dos  
471seguintes itens na resolução proposta: primeiro: "esta resolução só será aplicada para os  
472municípios que possuam plano de saneamento e de bacias aprovados"; segundo: "o  
473projeto do sistema de esgoto sanitário deve prever em primeira etapa, rede coletora na  
474totalidade da área urbana do município com as devidas ligações prediais, de forma a  
475evitar o lançamento de esgoto in natura nos recursos hídricos". Uma pequena  
476explicação: simplesmente construir uma estação de tratamento não resolve a questão de  
477qualidade ambiental se não ligada a rede. Três: "Os sistemas de esgotos sanitários aos  
478quais se aplicam esta resolução não poderão receber cargas externas (chorume,  
479efluentes hospitalares, lodos de fossas sépticas e banheiros químicos);". Quatro: "Esta  
480resolução só se aplica a empreendimentos novos que ainda não estejam operando (sem  
481licença de operação); É vetado o lançamento de efluentes em drenagens secas ou  
482intermitentes; A critério do órgão ambiental, poderão ser fixados padrões de nitrogênio  
483amoniaco e fósforo total; (Este item se deve a corpos hídricos receptores que estejam  
484comprometidos...) essa é a ligação com a condição de receber efluentes nos corpos  
485hídricos e que vai ser considerado caso a caso. "Deverá ser realizado diagnóstico do  
486corpo receptor quanto à presença de cianobactérias e posterior monitoramento, com  
487vistas ao atendimento dos padrões elencados na Resolução CONAMA três cinco sete de  
488dois mil e cinco" ; "Modificação do Artigo Primeiro 'Ficam suspensas as resoluções  
489CONSEMA cento e vinte e oito e cento e vinte e nove de dois mil e seis, em caráter

490excepcional para fins de condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos  
491domésticos dos sistemas públicos.” A proposta é excluir “dos sistemas públicos”; vale  
492para qualquer tipo de sistema de esgotamento sanitário. Nove: “Modificação do artigo  
493terceiro, parágrafo único: O final do prazo estabelecido no caput obriga o Conselho  
494Estadual do Meio Ambiente... ..a nova discussão sobre esta resolução, não havendo,  
495mantém a vigência desta normativa”. O corpo Técnico da FEPAM propõem substituir  
496“mantém a vigência desta normativa” por “retornar a aplicação das resoluções CONSEMA  
497cento e vinte e oito e cento e vinte e nove ”, conforme a Mira Serra também propôs.  
498Dez: “Se durante a operação do Sistema de Esgotamento Sanitário, os  
499monitoramentos/análises demonstrarem o não atendimento da resolução proposta, o  
500órgão ambiental exigirá tratamento complementar.”. Essa é nossa posição. Eu gostaria  
501de fazer uma pergunta à mesa, à secretaria, qual é a metodologia que se pretende, de  
502sistematizar essas propostas já que foi votado para que essa reunião seja deliberativa, e  
503eu entendo que deliberativa vá se votar e chegar a um resultado, e eu pergunto como  
504que diferentes proposições que estão sendo apresentadas aqui vão ser sistematizadas e  
505votadas, por que até agora eu vi questões bem conflitantes de propostas. Sra.  
506Presidente Mari Perusso: Nós vamos votar primeiro a resolução que é a proposta do  
507CREA e depois nós tivemos os destaques... essa é uma proposta que eu estou  
508apresentando... Sra. Lisiane Becker Eu tenho uma observação pra fazer. Sra. Presidente  
509Mari Perusso: Só um pouquinho... só pra mim terminar aqui, que eu dou a palavra para  
510você sem nenhum problema. E depois a gente trabalha a questão dos destaques. Sra.  
511Ana Rosa Bered: Ou seja nós vamos repetir então, cada... Sra. Presidente Mari Perusso:  
512Cada um vai repetir, e botamos em votação. Tem itens que podem ser votados, tem  
513outros que podem ser consenso, tem ainda a apresentação do CREA. Isso é tranquilo  
514por que na Assembleia Legislativa a gente trabalha os projetos e as emendas... é  
515tranquilo isso, não tem problemas é só a gente construir isso. Pois não Paulo. Sr. Paulo  
516Brack: Eu tenho uma questão de encaminhamento, como a Ana Bered tinha colocado  
517aqui, o retorno a câmara técnica para uma discussão maior, acho que esse é o... seria,  
518no meu entender, acho que de outros aqui também, esta a primeira deliberação, o  
519retorno a câmara técnica ou não; caso não tenha retorno, e vá ser votado aqui essa  
520resolução, hoje, aí realmente eu acho que o encaminhamento seria dar sequencia a isso.  
521Mas acho que previamente teria, já que tivemos uma proposta de retorno a câmara  
522técnica eu acho que teria que ser votado. Sra. Presidente Mari Perusso: Vamos ouvir o  
523CREA e aí a gente trata desta questão. Sr. Paulo Brack: Eu acho que ela é prévia... Sra.  
524Presidente Mari Perusso: Não. Não tem um parecer de um pedido de vistas ainda.  
525Terminada a oitiva de todos os que apresentaram parecer de seus pedido de vistas, nós  
526vamos para os outros encaminhamentos. Por favor o CREA. Sr. José Homero Finamor  
527Pinto: Bom, eu avia feito uma apresentação... como eu sou o autor da proposta, e eu  
528não apresentei no plenário do CONSEMA... essa proposta não visa somente a CORSAN ,  
529mas todas as cidades que tem tratamento próprio, são municípios independentes. O Rio  
530Grande do Sul é um estado que tem quatrocentos e noventa e seis cidades, e destas  
531quatrocentos e noventa e seis a CORSAN atende trezentos e vinte e cinco. Então esta  
532proposta que eu trouxe, ela representa um ganho, eu entendo, no controle pra todo o  
533estado do o estado do Rio Grande do Sul, não só pra CORSAN, mas também para o  
534sistema privado, que é Uruguaina, onde tem uma estação de tratamento, lá em  
535Uruguiana, que hoje é uma publica cedida para uma empresa privada que é a  
536Odebrecht. Então fica bem claro aqui a posição do CREA em defender... temos  
537conselheiros que são do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos), por tanto  
538tem bastante conhecimento do DMAE, nós aqui em Porto alegre jogamos praticamente  
539todo o esgoto da população de Porto Alegre no rio Guaíba e nos seus afluentes, e não  
540há nenhuma estação onde nós temos, quanto a... (inaudível) ...a vida inteira foi assim,

541 agora é que se está fazendo uma estação lá na Serraria pra começar a se tratar disso.  
542 Então a questão do esgoto, nós passamos durante todo o século passado tentando fazer  
543 a universalização da água, começou com o PLANASA em meados de novecentos e setenta, tem  
544 investimento aonde a gente conseguiu, em termos de Brasil, sair daquelas condições de  
545 não ter água tratada na cidade, chegamos a cem por cento de água tratada no Brasil  
546 inteiro neste período de mil novecentos e setenta até dois mil e sete. A partir de dois mil  
547 e sete com a Lei de Saneamento e com o PAC começou a vir dinheiro para o esgoto, nós  
548 fizemos um diagnóstico do estado do Rio Grande do Sul, nós temos onze milhões de  
549 habitantes no Rio Grande do Sul, onze milhões de habitantes, a CORSAN que é a  
550 empresa estadual que abastece sete milhões e meio desses nove milhões de habitantes  
551 o resto são os nossos serviços públicos e da área privada. Os nossos alvos para  
552 universalizar o esgoto no Rio Grande do Sul... esses doze bilhões que estão assegurados  
553 pelo PAC para a CORSAN, DMAE, pra Novo Hamburgo, pra Caxias, e para as outras  
554 cidades, três bilhões e setenta e sete bilhões, isso dá um terço do valor necessário para universalizar  
555 a captação e o tratamento do esgoto, isso é uma coisa que nunca aconteceu, e nem  
556 chega perto. E aí com o que é que a gente se depara, nós temos uma legislação muito  
557 avançada, uma legislação em que foi feito um amplo debate, antes da Lei de  
558 Saneamento, a Lei de Saneamento é de dois mil e sete, e o PAC começou a partir de  
559 dois mil e sete, dois mil e oito em que começou a vir dinheiro para esgoto e a legislação  
560 que vocês sabem muito bem, que é a CONSEMA cento e vinte e oito e cento e vinte e  
561 nove de dois mil e seis, e que exige um nível de tratamento, obviamente de primeiro  
562 mundo, então nós estamos num impasse, o primeiro impasse são os sistemas de  
563 tratamento implantados hoje, nós temos hoje estações de tratamento implantadas,  
564 portanto nós temos setenta e sete estações de tratamento... o DMAE aqui, todo mundo  
565 aqui, acho que quando se fala em Porto Alegre fica mais fácil de entender, o DMAE, todo  
566 mundo vê as propagandas, que tem vinte e sete por cento do esgoto tratado, esses  
567 vinte e sete por cento do esgoto tratado do DMAE hoje, é a Estação São  
568 João/Navegantes, a Estação Ipanema, a Estação Belém Novo e mais pequenas estações  
569 espalhadas por aí. Isto vai voltar a zero por que nenhuma destas estações, nenhuma  
570 destas estações na hora de renovar as licenças de operações, elas atendem o que está  
571 na resolução cento e vinte e oito, já as setenta e sete estações da CORSAN, nós  
572 analisamos a questão do nitrogênio/fósforo e só três estações poderiam atender a  
573 questão do nitrogênio/fósforo, o restante volta tudo para zero e obviamente o pessoal  
574 da FEPAM vai ficar obrigado a negar a renovação da LO (Licença de Operação)... Sra.  
575 Presidente Mari Perusso: Tu excedeu os teus cinco minutos. Sr. José Homero Finamor  
576 Pinto: Então esse é o problema da situação atual, em todos os centros que nós temos,  
577 nós estamos tendendo a voltar a zero. E há a necessidade de alavancar recursos para a  
578 gente fazer o que foi feito na água no Brasil. O Brasil quando não tinha água tratada nas  
579 cidades, lá na década de cinquenta, sessenta o Brasil tinha uma legislação de água  
580 potável, que era muito tênue, e quando ele começou a investir ele foi mudando a  
581 legislação, nós já mudamos quatro vezes uma legislação importante que é sobre o  
582 padrão da potabilidade da água, a última foi agora a uns dois, três anos atrás, leia-se a  
583 vinte e nove quatorze (Portaria MS 2914/11 - Portaria de Potabilidade da Água para  
584 Consumo Humano) que é a última resolução nacional referente a padrões de  
585 potabilidade da água. Depois que se atingiu a universalização se levantou a exigência da  
586 água, no esgoto é a mesma coisa, nós estamos defendendo que seja uma legislação de  
587 exigência crescente, como já é a legislação nacional, que foi alterada agora em dois mil  
588 e onze, que é a resolução quatrocentos e trinta, e aqui no Rio Grande do Sul chegou a  
589 ter uma alteração da resolução, colocando índices mais realistas, que foi a resolução dois  
590 quatro cinco do próprio CONSEMA, e que ela é inaplicável hoje, por que estamos  
591 atrasados no Brasil inteiro com os planos de saneamento, com os planos de bacia, com o

592Plano Estadual de Saneamento, que ainda não tem, com o Plano Nacional de  
593Saneamento que não tem fósforo, ela se torna inaplicável por que ela nega toda a sua  
594relação com os planos, então o que se esta se pedindo é que hoje quando a gente tem  
595recurso, um terço do recurso necessário pra chegar a cem por cento de esgoto no Rio  
596Grande do Sul, que a gente possa utilizar esse recurso, e não ficar com estes impasses  
597que já estão criando contrastes em Bento Gonçalves, Farroupilha, e em outras cidades  
598que a gente não consegue, a FEPAM também não consegue achar uma solução para  
599darmos um tempo para iniciarmos as obras. Então essa foi objeto do PAC, infelizmente  
600eu não pude apresentar tudo isto pra vocês, caso a caso, o que ficaria bem mais  
601justificado, mas a essência da proposta do CREA, é justamente isso, que se faça a  
602mesma coisa que se fez na água no Brasil que se tenha uma exigência crescente ao  
603longo do tempo, primeiro universalizar o abastecimento de água que é o que foi feito no  
604Brasil e depois se passa a exigir mais, o flúor, por exemplo, é uma coisa que nem se  
605falava em usar flúor na água lá em mil novecentos e sessenta, hoje a gente usa. Então  
606no esgoto nós estamos partindo com uma legislação muito avançada que é a cento e  
607vinte e oito e cento e vinte e nove, e que não esta nos dando a oportunidade de fazer,  
608não só pelo nitrogênio e fósforo, mas pela questão hidráulica dos rios, pelo volume,  
609também nós poderíamos explicar detalhadamente isso, mas infelizmente a gente não  
610tem hoje como aprovar as situações que nós temos com a capacidade dos recursos  
611hídricos, nós chegamos a incoerência de várias cidades que nós temos aí, como  
612Farroupilha, Bento, aqui mesmo na região metropolitana a gente pode estar lançando  
613esgoto bruto, por que não tem legislação, mas se tratar não pode, exatamente pelo  
614calculado hidráulico do corpo receptor em relação ao volume de sua captação. É  
615justamente essa defesa, que eu fico muito tranquilo de fazer, pra que a gente utilize os  
616recursos, busque a universalização, que nós podemos chegar... com esses três, quatro  
617bilhões, chegar próximos a cinquenta por cento da população atendida com esgoto, ou  
618nós vamos ficar arrodando em torno destes quatorze por cento que temos hoje. Muito  
619obrigado. Sra. Presidente Mari Perusso: Antes de dar seguimento, a representante da  
620AGAPAN tinha pedido a palavra. Sra. Edi Xavier Fonseca: Minha fala vem no sentido de  
621havendo tantos pareceres contraditórios, contrários, que essas propostas voltassem para  
622o conjunto da câmara técnica para ser discutido e deliberado e feito uma nova proposta  
623para ser apresentada ao plenário novamente, não é uma coisa rara aqui no nosso  
624conselho, quase sempre acontece desta forma, quando há um pedido de vistas  
625principalmente como é neste caso, sete diferentes entidades, com pareceres também...  
626alguns, a ampla maioria, uma boa diferença... eu considero que deveria voltar para a  
627câmara técnica para ser melhor elaborado e ter uma proposta final, isso por que essa  
628proposta foi trazida ao CONSEMA com um caráter assim do meu ponto de vista  
629intempestivo, não teve discussão suficiente para deliberarmos. Sra. Presidente Mari  
630Perusso: A tua fala é igual a do Paulo, dá para trabalharmos de uma única forma. Pode  
631falar. Sr. José Homero Finamor Pinto: Eu queria informar que esse assunto foi discutido  
632em duas reuniões de câmara técnica, e de dez pessoas, quatro pediram vistas e  
633apresentaram seus relatórios, então não é que não foi discutido lá, foi! E proposta que  
634eu estou fazendo aqui é justamente uma minuta que passou pela câmara técnica. Sra.  
635Edi Xavier Fonseca: Só pra retomar, que a resolução cento e vinte e oito e a cento e  
636vinte e nove ficou na câmara técnica três ou quatro anos discutindo, e agora vai alterar  
637em duas reuniões da câmara técnica. Sra. Presidente Mari Perusso: Isso não é um  
638parâmetro, por que as vezes não dá quorum, isso é uma discussão... Sra. Edi Xavier  
639Fonseca: A definição do Corpo Técnico também é de encaminhar para a câmara técnica.  
640Sra. Presidente Mari Perusso: Bom a gente tem uma discussão aqui. A pauta, seguindo  
641os encaminhamentos, com a fala do Paulo, esta reunião é deliberativa. Bom deliberativa.  
642Agora vamos colocar em votação o que nós apresentamos. Votamos a proposta de

643resolução do CREA e depois apresentamos os destaques para votação tornando aí,  
644deliberativa a pauta da reunião deste conselho extraordinária, então eu quero colocar  
645em votação essa questão. Nós votamos agora, não vai para a câmara técnica, nós  
646votamos agora a proposta de resolução do CREA e depois os destaques, ou proposta  
647dois, volta para a câmara técnica. Então essa é a questão que colocamos para a  
648votação. Então vamos... é que o regimento ele não fala sobre isso, então vamos usar o  
649plenário do CONSEMA como órgão superior de deliberação. Em votação. Proposta  
650numero um: nossa reunião deliberativa, optamos por votar a proposta de resolução do  
651CREA e os destaques. Quem concorda com essa questão, por favor levantem seu  
652crachás. Dezoito votos favoráveis. Proposta dois: Que nós voltamos a encaminhar os  
653destaques e a proposta de resolução para a câmara técnica, para nova discussão. Em  
654votação. Tem alguma abstenção? Temos vinte e quatro votos, sendo dezoito pelo  
655prosseguimento da votação e seis votos para o retorno à câmara técnica. Eu vou ler aqui  
656a... embora todo mundo tenha conhecimento eu vou pedir para Gabriela ler, os artigos  
657da proposta de resolução, vamos por no telão, do CREA. Por favor Gabriela. Sra.  
658Gabriela Freitas: Artigo primeiro: Ficam suspensas as Resoluções CONSEMA cento e  
659vinte e oito e cento e vinte e nove de dois mil e seis em caráter excepcional, para  
660fins de condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos domésticos dos  
661sistemas públicos; Artigo segundo: No período de vigência desta normativa será  
662utilizada a resolução CONAMA quatrocentos e trinta e dois mil e onze para  
663definições de condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos domésticos  
664do sistema público de esgotamento sanitário; Artigo terceiro: A suspensão tratada no  
665artigo primeiro desta resolução será de três anos. Parágrafo único: O final do prazo  
666estabelecido no caput obriga o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA  
667deverá iniciar nova discussão sobre esta resolução, permanecendo em vigor a  
668presente resolução, até que haja novo posicionamento do Conselho Estadual do Meio  
669Ambiente – CONSEMA; Artigo quarto: Esta resolução entra em vigor na data de sua  
670publicação, revogando as disposições em contrário. Sra. Presidente Mari Perusso: Tem  
671algum esclarecimento? Então vamos votar a proposta de resolução do CREA. Em  
672votação. Que é favorável a proposta de resolução do CREA por favor levante o crachá.  
673Quem é contrário a proposta de resolução do CREA por favor levante o crachá. Não  
674temos nenhuma abstenção por que a votação esta dando vinte e quatro votos. Dezoito  
675votos favoráveis, seis votos contrários, aprovada a proposta de resolução do CREA. Bom  
676aqui já temos um primeiro destaque... Conselheiro não identificado: (inaudível). Sra.  
677Presidente Mari Perusso: Não. Nós votamos que iam ter os destaques. Tem os destaques  
678aqui, que é o seguinte. A Mira Serra e o Corpo Técnico da FEPAM, apresentaram uma  
679questão no artigo primeiro. A Mira Serra, trabalhe que: “efluentes líquidos domésticos  
680dos sistemas públicos de tratamento de esgoto sanitário” essa é uma proposta; o Corpo  
681Técnico da FEPAM, trabalha essa questão pedindo para excluir do item: “dos sistemas  
682públicos”. Eu queria primeiro perguntar ao Corpo Técnico se vocês entendem como  
683sistema público, é por que é operado pelo ente público, o por que é... Sra. Ana Rosa  
684Bered: Nós entendemos que não deve haver diferença entre Setor Público e Setor  
685Privado..., Sra. Presidente Mari Perusso: No caso seria estatal não público. Sra. Ana Rosa  
686Bered: Todos devem atender a mesma regra. Quem quiser ligar-se ao sistema público te  
687que cumprir a mesma regra. Sra. Lisiane Becker: Nós entendemos que é para aqueles  
688que precisam da verba. Sra. Presidente Mari Perusso: No sistema público. Vários  
689conselheiros falando ao mesmo tempo. Sra. Presidente Mari Perusso: Só tem uma  
690divergência, o entendimento de sistema público, aqui, é o sistema público universal, não  
691se trata de estatal ou privado. E a Mira Serra esta dizendo que quer que seja sistema  
692para quem precisa de financiamento. Sra. Lisiane Becker: Essa excepcionalidade é só por  
693causa do PAC. Sra. Presidente Mari Perusso: Sim. Sr. José Homero Finamor Pinto: Eu só

694queria esclarecer, essa questão do sistema público, é muito importante, em termos de  
695Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Sul se atende setenta por cento da população e  
696sessenta por cento é operado pela CORSAN, que é uma empresa pública, estadual, e o  
697restante, cerca de cento e sessenta e nove municípios são operados pelos sistemas  
698públicos municipais e dois operados por empresas privadas, e nós consideramos serviço  
699público também, por que o saneamento é um serviço eminentemente público, mesmo  
700quando operado por empresa privada, temos hoje em São Gabriel e Uruguaiana. Quando  
701a gente colocou sistema público ali, é claro, nós temos alguns loteamentos, Novo  
702Hamburgo... em vilas como por exemplo... Vários conselheiros falando ao mesmo  
703tempo. Sr. José Homero Finamor Pinto: ...em que é operado pelo privado, mesmo que  
704não tenha a concessão, como esta regrada a questão da concessão todos estes  
705operados por empresas públicas, estadual, municipal ou privada dentro do sistema  
706público. O que nós entendemos que não é sistema público é uma vila ou um loteamento  
707em que fica lá o loteador operando o sistema. Vários conselheiros falando ao mesmo  
708tempo. (inaudível). Sra. Lisiane Becker: Eu tenho uma sugestão sobre o que foi  
709colocado agora estes privados também podem... Sra. Presidente Mari Perusso: Não. Eu  
710quero saber disto... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra.  
711Presidente Mari Perusso: Pelo que dá para entender que a proposição da Mira Serra, que  
712sistema público é mais protetor desta questão do que nós retirarmos a expressão  
713“sistema público”, onde vocês ainda acrescentam “de tratamento de esgoto sanitário”,  
714estão especificando. Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra.  
715Presidente Mari Perusso: Não debatendo a gente se entende, não fica difícil. Sra. Lisiane  
716Becker: A alteração do texto básico, as duas propostas apresentadas que debatem uma  
717com a outra, pra gente conseguir o consenso, a busca do consenso da Mira Serra é  
718tentar entender se este que não são do estado nem dos municípios, são de entidades  
719privadas se terão acesso aos recursos do PAC, por que pra nós isto é o fiel da balança.  
720Sra. Presidente Mari Perusso: Não. Sra. Edi Xavier Fonseca: A resolução não fala  
721especificamente em verbas do PAC, que é só pra verbas do PAC. Tem outras verbas aí  
722que a gente não sabe de onde vem. Sra. Presidente Mari Perusso: Verba pública, eu  
723quero esclarecer, que verba publica a gente sempre vai saber de onde é que vem, por  
724que são financiamentos que passam por contratos, convênios, aprovação da Assembleia  
725Legislativa. Financiamento público a gente sempre sabe a procedência. Sra. Edi Xavier  
726Fonseca: Esta informalidade que existe nos considerandos que a excepcionalidade são  
727para os quarenta e dois bilhões da obras do PAC conforme foi apresentado aqui pelo  
728então, na época presidente da CORSAN Arnaldo Dutra. Sra. Presidente Mari Perusso: Se  
729Banco Mundial, se o BNDS, se outros organismos públicos como o BNDS e o próprio  
730Banco Mundial quiser aportar recursos para nós recuperarmos o sistema de tratamento  
731de esgoto sanitário, nós engessariamos esta questão, é só isso, hoje é em cima da  
732questão do PAC. Sra. Lisiane Becker: Todo o discurso foi em cima da questão do PAC,  
733esta tendo um desvirtuamento... Sra. Presidente Mari Perusso: Não, não esta havendo  
734um desvirtuamento... Sra. Lisiane Becker: Desculpe, mas eu estava aqui na reunião,  
735quando a gente for ver a ata, vai ver que toda ela estava baseada no PAC, na  
736excepcionalidade. Sra. Presidente Mari Perusso: Por favor vamos lá. Sr. Eduardo Stumpf:  
737Eduardo Stumpf, do Comitê de Bacias, junto com os Comitês de Bacias com o Sistema  
738de Recursos Hídricos existe uma outorga que é cobrada, e hoje nós arrecadamos cerca  
739de trinta milhões de outorgas, e este dinheiros é investido cinquenta e cinco por cento  
740em ações ligadas a sistema e vinte e cinco por cento em saneamento básico, então não  
741tem nada a ver com o PAC... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível).  
742Sr. Eduardo Stumpf: Só um pouquinho, deixa eu terminar de falar... Conselheiro não  
743identificado: Não é da outorga é do fundo... Vários conselheiros falando ao mesmo  
744tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Vamos garantir a palavra do

745conselheiro. Sr. Eduardo Stumpf: ...então em relação ao sistema... a posição dos  
746Comitês de Bacias é que essa excepcionalidade tem que ser para qualquer um, por que  
747o que a gente está discutindo aqui é a qualidade do meio ambiente e não que tipo de  
748recurso, então o que interessa é a gente fazer estação de tratamento, depois eu até  
749tenho um destaque com relação a isso. Sra. Presidente Mari Perusso: Certo. Obrigada.  
750Então em votação; tem a primeira proposta da Mira Serra que é: acrescentar no artigo  
751primeiro "efluentes líquidos domésticos dos sistemas públicos de tratamento de esgoto  
752sanitário". A proposta do Corpo Técnico da FEPAM: exclui o item "dos sistemas  
753públicos". Proposta um, proposta dois e a proposta três deixar como esta; que é  
754"sistemas públicos". Então em votação. Proposta um: "sistemas públicos de tratamento  
755de esgoto sanitário". Que concorda com essa proposta, por favor levantem seus crachás.  
756Vite votos. Que vota pela retirada "dos sistemas públicos" levantem o crachá, por favor.  
757Corpo Técnico um voto. Quem quer que... votou como? Sra. Lisiane Becker: Na segunda  
758proposta. Sra. Presidente Mari Perusso: Certo então dois votos. Repetindo então a  
759proposta de número dois do Corpo Técnico da FEPAM: exclui o item "dos sistemas  
760públicos". Dois votos. Proposta número três da permanência do texto como esta?  
761Levantem o crachá, por favor. Alguma abstenção? Então aprovada a proposta da Mira  
762Serra de acrescentar "dos sistemas públicos de tratamento de esgoto sanitário". Artigo  
763segundo, tem proposta; artigo segundo: "No período de vigência desta normativa será  
764utilizada a resolução CONAMA quatrocentos e trinta e dois mil e onze para  
765definições de condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos domésticos  
766do sistema público de esgotamento sanitário;". A proposta é da Mira Serra de  
767acrescentar o parágrafo primeiro, que diz: "para efeito do que trata o caput, deverão  
768ser considerados os respectivos planos de bacia hidrográficas os zoneamentos ecológicos  
769e econômicos, e a capacidade de suporte do corpo hídrico receptor". No artigo número  
770dois só tem essa proposta. Sra. Lisiane Becker: Tem outra proposta semelhante a essa  
771do Corpo Técnico da FEPAM. Sra. Presidente Mari Perusso: Qual é o item que vocês do  
772Corpo Técnico da FEPAM... Sr. Diego Polacchini Carrillo: Só um minuto para nos  
773localizarmos aqui. Sr. Darci Campani: Só pra organizar melhor a votação, que a primeira  
774seja sempre o texto original. Sra. Presidente Mari Perusso: Certo obrigado. Vários  
775conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Tem  
776zoneamento, algumas regiões tem zoneamento... Vários conselheiros falando ao mesmo  
777tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Então elas não se complementam, elas  
778são completamente diferentes, a proposta da Mira Serra é uma, a proposta do Corpo  
779Técnico eles não se complementam. Hoje tem seis planos de bacia aprovados, só que  
780tem o prazo de três anos ainda, e muita coisa pode avançar, então nós entendemos,  
781aqui na mesa, de colocar em votação. O Conselho é absolutamente autônomo, que a  
782proposta da Mira Serra é a de garantir nesse processo que sejam considerados os  
783respectivos planos de bacia hidrográficos, os zoneamentos ecológicos e econômicos e a  
784capacidade de suporte do corpo receptor, se estiver em vigência, se não estiver, se não  
785tem, não tem como tu atrelar. É isso! Então proposta número um: é não alterar nada.  
786Como aqui o nosso professor Darci já sinalizou corretamente pra mim aqui. Segunda  
787proposta à proposta da Mira Serra com a inclusão do parágrafo primeiro. Então em  
788votação, quem vota na proposta número um, por favor, levanta o crachá. Dezoito votos.  
789Quem vota na alteração... no acréscimo do parágrafo primeiro, por favor, levante o  
790crachá. Quatro votos. Abstenções? Quatro. Sra. Lisiane Becker: Como ficou a votação, só  
791pra contabilizar. Sra. Presidente Mari Perusso: Dezoito votos na proposta de manter o  
792texto atual; quatro votos na proposta da Mira Serra; e quatro votos na abstenção.  
793Chegaram mais dois aqui. Se o quiserem podem se manifestar. Artigo terceiro: "A  
794suspensão tratada no artigo primeiro desta resolução será de três anos." parágrafo  
795único: "Ao final do prazo estabelecido no caput, o Conselho Estadual do Meio Ambiente –



796CONSEMA deverá iniciar nova discussão sobre esta resolução, permanecendo em vigor a  
797presente Resolução, até que haja novo posicionamento do Conselho Estadual do Meio  
798Ambiente – CONSEMA” . Tem um substitutivo, da Mira Serra e um do Corpo Técnico,  
799que é o numero nove aqui. Da Mira Serra: “Artigo terceiro: A suspensão de que trata o  
800artigo primeiro se aplica somente ao licenciamento ambiental de novas obras, no período  
801de três anos. Parágrafo primeiro: Findo o prazo, as condições e padrões de lançamento  
802de efluentes líquidos deverão buscar a adequação prevista pelas Resoluções CONSEMA  
803cento e vinte e oito e cento e vinte e nove de dois mil e seis. Paragrafo segundo: As  
804empresas públicas que operam sistemas de tratamento de esgoto sanitário, deverão  
805prever cronograma para atingir as condições e padrões de lançamento de efluentes  
806líquidos constantes nas Resoluções CONSEMA cento e vinte e oito e cento e vinte e nove  
807de dois mil e seis.” essa é a proposta da Mira Serra, proposta dois. Proposta três do  
808Corpo Técnico, modificação do paragrafo único: “O final do prazo estabelecido no caput  
809obriga o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA a nova discussão sobre esta  
810resolução, não havendo, mantém a vigência desta normativa. Substituir “mantém a  
811vigência desta normativa” por “retornar a aplicação das resoluções CONSEMA cento e  
812vinte e oito, cento e vinte e nove de dois mil e seis e CONAMA trezentos e cinquenta e  
813sete de dois mil e cinco”. Pois não engenheiro Finamor: Sr. José Homero Finamor Pinto:  
814Enfim, alguém perguntou aqui por que três anos? Nem foi nós do CREA que colocamos.  
815Na primeira versão, era simplesmente adota-se a resolução integral do CONAMA a  
816trezentos e quarenta. Toda a legislação federal que fala de saneamento, ela fala de  
817planejamento, pra fazer um planejamento em saneamento, ela obriga que todos os  
818municípios tenham um plano municipal de saneamento básico, água, esgoto, lixo e  
819drenagem, hoje nós temos metade dos municípios que tem plano e metade que não  
820tem, mas tem um prazo até o final deste ano para que seja realizado. Primeira questão.  
821O Plano Nacional de Saneamento Básico foi lançado, não foi votado. Tem uma minuta  
822que passou por diversas regiões do Brasil, teve audiências públicas e não foi votado. O  
823Plano Estadual de Saneamento Básico, a Secretaria de Habitação e Saneamento esta  
824fazendo agora o Termo de Referencia para colocar em licitação, este trabalho é um  
825trabalho da no mínimo dois anos para fazer o Plano Estadual de Saneamento. E nós  
826temos os Planos de Bacias Hidrográficas. A gente ainda não tem a totalidade dos planos  
827acabados. O que nós temos de planos de bacias implantados?... então a ideia dos três  
828anos é de que... e aí eu aproveitei a tua ideia, aquela, e coloquei aqui no paragrafo  
829único puxando tudo isso. É uma sugestão. Paragrafo único “ao final do prazo  
830estabelecido no caput...” e já tira os três anos. “...cabe ao Conselho Estadual do Meio  
831Ambiente – CONSEMA a nova discussão sobre esta resolução levando em consideração  
832os Planos de Bacia Hidrográficas, o Plano Estadual de Saneamento e o Plano Nacional de  
833Saneamento” caso não ocorrendo essa discussão, continua valendo isso aqui. Por que a  
834gente não pode... aquelas propostas de voltarmos a cento e vinte e oito, é como se a  
835gente busca-se enganar o PAC. Enganamos o PAC, mudamos a legislação temos a  
836aprovação para realização das obras, gastamos o dinheiro e depois voltamos a cento e  
837vinte e oito, em que as obras implantadas não terão inovações suficientes. Então se o  
838CONSEMA em três anos com base nas obras que foram feitas, e outra que eu nem  
839coloquei, que seria uma visão mais próxima da questão de universalização do  
840atendimento de esgoto, daqui três anos praticamente todos os recursos do PAC estarão  
841aplicados, então nós já vamos saber se nós saímos dos doze por cento e chegamos aos  
842quarenta por cento ou não. Os Planos de Bacia são extremamente importantes pra ser  
843levados em consideração, o Plano Nacional não foi nem falado, o Plano Estadual que a  
844recém esta sendo criado. Então a sugestão que eu paguei daquelas duas propostas é de  
845que em três anos o conselho tenha que rediscutir esse assunto com base nessas coisas.  
846A situação atual de como é que foi que constou lá no PAC, os Planos de Bacia

847Hidrográficas, o Plano Estadual de Saneamento e o Plano Nacional de Saneamento que  
848esta sendo discutido hoje, então três anos é um prazo apertado... (inaudível) ...eu  
849colocaria aí como uma quarta proposta, apesar de a primeira tenha sido eu que fiz, mas  
850que quanto for discutido se tenha uma quarta. Sra. Presidente Mari Perusso: Fala  
851Lisiane. Sra. Lisiane Becker: Não eu só queria fazer uma consideração em cima por que  
852a gente não pode *lincar* a conversa para daqui a três anos a situações que muitas  
853vezes... (inaudível) a categoria da água, então não tem nem por que vincular. Realmente  
854os planos nacional e estadual não tem vínculo com a proposta em si; eu não acho que  
855ela contempla e que foi deliberado na primeira votação, que é uma garantia de que este  
856tratamento vai seguir o que esta contemplado lá na lei, que é o Plano de Bacia, o  
857Zoneamento Ecológico Econômico e a capacidade de suporte. Não prejudicou a rejeição,  
858mas também não deixa explícito para aquelas pessoas que por ventura tenham que  
859capacitar, e eu acho que esta proposta como esta não contempla este aspecto. Sra.  
860Presidente Mari Perusso: Corpo Técnico da FEPAM. Sra. Ana Rosa Bered: Eu gostaria de  
861retirar a proposta do Corpo Técnico da FEPAM, por que entendemos que a proposta da  
862Mira Serra já nos contempla. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem! Então temos só  
863duas propostas: manter a redação do jeito que esta, e a proposta da Mira Serra.  
864Proposta numero um, mantendo a redação da atual resolução, por favor levantem seus  
865crachás. Proposta numero dois, a proposta de Mira Serra levantem os crachás, por  
866favor. Abstenções? Foram dezenove votos no texto atual, Mira Serra, seis votos e  
867abstenção dois votos. Sr. Eduardo Stumpf: Eduardo. Antes da gente votar o artigo  
868quarto, que é bastante complicado, eu gostaria de fazer uma proposta de moção no  
869seguinte sentido... Sra. Presidente Mari Perusso: Só um pouquinho Eduardo, eu ainda  
870tenho uma série de... que o artigo quarto não tem nenhum destaque, mas eu tenho  
871vários destaques aqui que eu preciso votar ainda. Tem do Corpo Técnico, inclusive se  
872aprovado nós temos que mudar a numeração dos artigos. Então o primeiro destaque  
873aqui em votação. Que é a proposta dois: "O projeto do sistema de esgoto sanitário deve  
874prever em primeira etapa, rede coletora na totalidade da área urbana do município com  
875as devidas ligações prediais, de forma a evitar o lançamento de esgoto in natura nos  
876recursos hídricos; (Considerando que muitas estações de tratamento não possuem  
877ligações suficientes para operação eficiente e atendimento da legislação. Exemplo: No  
878município de Tapes a estação tem quinze ligações prediais)." . É uma proposta  
879importante... pode falar. Sr. José Homero Finamor Pinto: Eu concordo com a essência da  
880proposta, melhorando um pouco a redação, mas ela não é assunto de resolução do  
881CONSEMA. Isto é assunto de regulamentação lá de onde esta o órgão aprovador. Sra.  
882Presidente Mari Perusso: Perfeito. Sr. José Homero Finamor Pinto: Não de uma resolução  
883do CONSEMA. Sra. Presidente Mari Perusso: Eduardo. Sr. Eduardo Stumpf: Acho que  
884agora cabe o destaque que eu fiz... Sra. Ana Rosa Bered: É que tem um considerando  
885aqui, na proposta que foi aprovada, que diz: "a necessidade da redução progressiva de  
886carga poluidora lançada in natura" , a própria proposta de resolução já propõem isso. E  
887nós entendemos que sem uma rede coletora eficiente recebendo a água para tratamento  
888e o esgoto, não se atinge o que buscamos, é uma incoerência. Sra. Presidente Mari  
889Perusso: Mas ela é de uma legislação municipal, a regulação dela. Pode falar Finamor.  
890Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso:  
891Só um pouquinho gente. Sr. José Homero Finamor Pinto: Esta havendo um mal  
892entendido nesta discussão. Quando a gente faz, o próprio agente financiador, neste caso  
893o Governo Federal, ele exige que todas as obras que sejam feitas, elas tenham  
894funcionalidade, portanto a gente sempre começa do fim pro inicio, fazendo a estação de  
895tratamento e toda a rede que a gente vai fazendo pra traz chegam na estação de  
896tratamento. A gente não pode fazer uma rede isolada que não levar pra lugar nenhum,  
897isso aí não pode. As questões de irrigação, de obrigar um... quando a gente faz uma

898rede coletora, a gente já pega o ramal, já faz o ramal, deixa a caixinha na calçada, na  
899espera pro usuário chegar ali e ligar, o que a gente não pode, foi o que aconteceu em  
900Tapes, pegar o cara pelo pescoço, entrar dentro da casa dele e fazer ele desligar da  
901foça, do foço sumidouro e ligar ele na rede. Isso aí não poder da CORSAN fazer isso. A  
902prefeitura através da vigilância sanitária que faz isso daí, mas algumas prefeituras não  
903querem brigar com seus eleitores, e não fazem. Foi o que aconteceu em Tapes, mas a  
904rede ficou pronta e o pessoal não ligou. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem!  
905Esclarecido. Eduardo. Sr. Eduardo Stumpf: Depois destes dois assuntos a parte, só tenho  
906que melhorar a proposta que eu tenho a fazer. A proposta que eu tenho é de uma  
907moção, pra nós mesmos, em relação a isso que esta sendo colocado, o problema das  
908redes de esgoto, então minha proposta é: de pegar o cara pelo pescoço... essa é minha  
909proposta, então a moção que eu faço a nós mesmos, sobre este assunto, como nós  
910temos uma agenda de debates que já foi aprovada, mas nó não priorizamos ainda,  
911embora já tínhamos um indicativo de que discutiríamos os recurso hídricos. Então a  
912moção é de que um dos próximos passos da agenda de debates nossa seja isso a  
913questão dos recursos hídricos, do esgotamento sanitário e como que nós, o estado,  
914vamos pegar no pescoço pra fazer a ligação. Então seria neste sentido, de como a  
915gente, como o CONSEMA consegue fazer isso. Por que senão a gente fica fazendo  
916estação, e o nosso problema é a ligação. Então que seja uma campanha de divulgação,  
917que seja... não sei... então a proposta é que este assunto seja o próximo debate da  
918agenda... Sra. Presidente Mari Perusso: Vamos levar para a pauta da reunião ordinária  
919do dia dezesseis. Sim, antes de encaminhar a votação. Sr. Paulo Brack: Eu sou Paulo  
920Brack, eu acho que estratégico essa questão de incluir isso na resolução. Por que? Por  
921que isso é uma forma de amarrar essa questão de puxar pelo pescoço entenderam, por  
922que é muito comum existir as estações e a gente não estar ligado, então a gente deve  
923incluir em algum lugar essa questão das redes dentro de uma resolução do CONSEMA,  
924então não é por que... senão passa todo esse movimento que estamos fazendo, nós  
925todos no CONSEMA, para poder aprovar esse recurso, pode ir tudo por água abaixo, se  
926nós não garantirmos, eu acho que nesta oportunidade, a questão das redes coletoras.  
927Sr. Ludwig Buckup: Me permite um a parte. Eu conheço muito a resistência das pessoas,  
928que se negavam a gastar quanto ao acabamento, de ir até a rede de esgoto, para não  
929ter que desligar a ligação ao pluvial que tem dentro de casa. Sra. Presidente Mari  
930Perusso: Então em votação. Sra. Ana Rosa Bered: Só pra complementar nós entendemos  
931que sem rede coletora não precisa estação de tratamento, ligação com consequente  
932progressão, senão não não adianta ter estação de tratamento. Sra. Presidente Mari  
933Perusso: Bom essa questão eu estou transferindo essa discussão pra reunião ordinária,  
934pra pauta da reunião ordinária do CONSEMA no dia dezesseis. Em votação. Acréscimo de  
935um artigo que trata que "O projeto do sistema de esgoto sanitário deve prever em  
936primeira etapa, rede coletora na totalidade da área urbana do município com as devidas  
937ligações prediais, de forma a evitar o lançamento de esgoto in natura nos recursos  
938hídricos;". Quem concorda com a proposta, levante o crachá. Que discorda da inclusão  
939dessa proposta, levanta o crachá. Abstencões. Certo, dois conselheiros foram embora.  
940Sra. Lisiane Becker: Só um instantinho, eu entendi também, posso ter entendido errado,  
941que na próxima reunião a gente tem uma pauta que é essa que foi... Sra. Presidente  
942Mari Perusso: Não. Nós vamos discutir depois. Sra. Lisiane Becker: Desculpem-me mas  
943nós levamos o ano inteiro discutindo a pauta e hierarquização e de repente vai tudo por  
944água abaixo literalmente, pra não dizer outra coisa abaixo. Eu não estou entendendo. Sr.  
945Eduardo Stumpf: Isto estava previsto na proposta de agenda. Sra. Lisiane Becker:  
946(inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Perfeito, então nós vamos fazer isso. Mas  
947assim eu não estou botando nada, vai por água abaixo, inclusive depois quando a gente  
948discutir a pauta tem uma proposta pra discutir. Vamos continuar na votação. Sr.

949Alexandre Scheifler: Por favor uma questão de encaminhamento, acho que isto deve  
950voltar para a Câmara Técnica. Sra. Presidente Mari Perusso: Terceira proposição do  
951Corpo Técnico: "os sistemas de esgoto..." acresce como artigo: "Os sistemas de esgotos  
952sanitários aos quais se aplicam esta resolução não poderão receber cargas externas  
953(chorume, efluentes hospitalares, lodos de fossas sépticas e banheiros químicos);". Tem  
954algum comentário? Em votação. Quem concorda com essa proposta, por favor levanta o  
955crachá. Quem discorda desta proposta levanta o crachá, por favor. Sr. Paulo Brack: Eu  
956poderia... Sra. Presidente Mari Perusso: Só um pouquinho. Sra. Gabriela Freitas: É só  
957terminar a votação. Sr. Paulo Brack: Já votaram, não tem problema nenhum... Vários  
958conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sr. Paulo Brack: É que o item que é  
959analisado pelo órgão que libera, já bota lá na licença de operação se pode ou não pode  
960receber, não item de resolução. Eu acho que a gente esta fixando numa resolução e  
961tirando a atribuição da FEPAM de analisar se pode ou não pode receber carga. E tem  
962mais... Sra. Lisiane Becker: Proposta da própria FEPAM.... Vários conselheiros falando ao  
963mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Não. Mais calma gente, vamos  
964encaminhar aqui. Esta tranquilo. Sr. Paulo Brack: Não tem problema nenhum que  
965coloque aqui, mas a FEPAM tem a atribuição de fazer, e a gente tá jogando pra uma  
966resolução. Sra. Presidente Mari Perusso: Continuando a votação. Sra. Ana Rosa Bered:  
967Acontece que aqui, a FEPAM pode fazer a licença com todas estas exigências,  
968justamente por que esta aqui, acordando determinados critérios num fórum em que a  
969sociedade esta representada. Senão a gente pega e faz a licença e formula com um nível  
970superexigente, em vez de aqui que é um fórum democrático. Sra. Presidente Mari  
971Perusso: Perfeito. Então vamos votar de novo. Por que nós tivemos aqui uma  
972interrupção na votação e o dialogo é a melhor forma de a gente ir concluindo as coisas.  
973Em votação, acréscimo como artigo: "Os sistemas de esgotos sanitários aos quais se  
974aplicam esta resolução não poderão receber cargas externas (chorume, efluentes  
975hospitalares, lodos de fossas sépticas e banheiros químicos);". Em votação. Quem  
976concorda com a inclusão como artigo essa proposta, por favor, levantem o crachá. Quem  
977discorda, por favor, levantem o crachá. Levantem mais o crachá gente, senão a gente  
978não consegue contar aqui. Sr. Eduardo Stumpf: É possível, justificar por que é que eu  
979estou votando... Sr. Ludwig Buckup: Como é que foi a votação? Sra. Presidente Mari  
980Perusso: Não. Só um pouquinho aqui. Sra. Gabriela Freitas: Nove contra. Sra. Presidente  
981Mari Perusso: Abstenção? Seis. Dez, nove e seis. Por favor, justifica. Sr. Eduardo Stumpf:  
982Estou justificando por que eu voto contra, nós estamos discutindo aqui uma  
983excepcionalidade e como eu já tinha proposto aqui, nós temos debates importantes  
984sobre o esgotamento sanitário, da qualidade dos recursos hídricos e coisas e tais. E que  
985eu pela experiencia que tenho preferia fazer toda uma discussão para poder avançar  
986para termos eventualmente uma resolução sobre os critérios, para dar garantias para a  
987FEPAM, de critérios em relação a tratamento do esgoto sanitário que não vamos concluir  
988aqui. Sra. Presidente Mari Perusso: Então essa inclusão passa a ser artigo terceiro gente,  
989por conta da ordem aqui, pra nós trabalharmos. Sra. Lisiane Becker: ...alguém que sabe  
990técnica legislativa pra adequar os erros dos verbos depois, tipo poderá, deveriam... Sra.  
991Presidente Mari Perusso: Com certeza eu acolherei sua sugestão. Quatro, "Esta  
992resolução só se aplica a empreendimentos novos que ainda não estejam operando (sem  
993licença de operação);". Então, algum comentário, sim Finamor. Sr. José Homero Finamor  
994Pinto: Bom isso tem a ver com o que eu comentei aqui na frente, nós temos uma série  
995de estações de tratamento grande que vão precisar de ter renovadas as suas licenças, a  
996gente precisa que elas tenham renovadas as suas licenças, porém elas foram projetadas  
997a maioria das redes que a gente tem aí, aqui em Porto Alegre, a São João/Navegantes,  
998foram projetadas antes de dois mil e seis, portanto elas não atendiam a resolução  
999CONSEMA cento e vinte e oito, e aí nós vamos construir para quando chegar na hora de

1000renovar a licença, não tem como fazer isso. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem. Sra.  
1001Edi Xavier Fonseca: Aí eu fiquei meio confusa. Não era PAC. Coisas novas. A  
1002excepcionalidade. A urgência para fazer mais estações de tratamento... então ficou um  
1003pouco... pra nós, não é... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível).  
1004...inclusive os projetos em andamento deveriam ser revistos todos, projetos inclusive os  
1005aprovados pelo PAC... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Se é o  
1006PAC é um projeto novo. Sra. Presidente Mari Perusso: Quer responder Finamor? Sr. José  
1007Homero Finamor Pinto: O PAC tem recursos para obras novas, pra sistemas novos e para  
1008e melhoria e reforma de sistemas antigos, por exemplo em Canoas nós temos doze  
1009sistemas de esgoto a trinta anos, nós vamos passar Canoas por três fases do PAC para  
1010até dois mil e dezessete para termos sessenta e cinco por cento da população atendida  
1011pelo esgoto, inclusive com a duplicação da estação de tratamento de Canoas, então o  
1012PAC não é só para obras novas, ele prevê reformas e ampliações de sistemas existentes,  
1013então o que eu estou falando é que os doze por cento que nós temos hoje, com essa  
1014resolução que esta aí, elas voltam tudo pra zero, pra depois a gente ter que sair do zero  
1015e não do doze. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem, obrigado. Em votação. Proposta  
1016de inclusão como artigo, item quatro do parecer de vistas dos técnicos da FEPAM, do  
1017Corpo Técnico da FEPAM: "Esta resolução só se aplica a empreendimentos novos que  
1018ainda não estejam operando (sem licença de operação);". Quem concorda com essa  
1019inclusão, levanta o crachá. Quem discorda com essa inclusão, levanta o crachá.  
1020Quantos? Sra. Gabriela Freitas: Vinte votos. Sra. Presidente Mari Perusso: Vinte votos  
1021contrários e três favoráveis. Proposta de inclusão numero cinco do Corpo Técnico da  
1022FEPAM: "É vetado o lançamento de efluentes em drenagens secas ou intermitentes;".  
1023Quer falar? Sra. Ana Rosa Bered: É o que a quatrocentos e trinta coloca. Sra. Presidente  
1024Mari Perusso: Tem algum comentário? Alguém mais. Sr. Eduardo Stumpf: Eu tenho que  
1025confessar que não entendi. Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem, entendeu? Sr.  
1026Eduardo Stumpf: Não entendi. Sra. Presidente Mari Perusso: Não entendeu! Tem alguém  
1027que... Conselheiro não identificado: Pode repetir? Sra. Presidente Mari Perusso: Pode.  
1028Sra. Ana Rosa Bered: Assim, a quatrocentos e trinta permite. Aqui nós estamos  
1029discutindo a substituição da cento e vinte e oito, então o que o Corpo Técnico esta  
1030dizendo é que em drenagens secas ou intermitentes não é adequado. Por que? Por que  
1031não tem água. E aqui a gente, inclusive, reforça a importância do corpo receptor em  
1032termos de estabilidade e de qualidade do atendimento, já que processamos... Vários  
1033conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Ana Rosa Bered: ...certo. Sra.  
1034Presidente Mari Perusso: Algum esclarecimento mais? Finamor. Sr. José Homero Finamor  
1035Pinto: Concordo com a proposição dela... Sra. Presidente Mari Perusso: Certo. O lixão.  
1036Certo então vamos a votação. Inclusão, aí como artigo quarto: "É vetado o lançamento  
1037de efluentes em drenagens secas ou intermitentes;". Em votação. Quem concorda com a  
1038inclusão, levante seu crachá. Sra. Ana Rosa Bered: Olha! Sra. Presidente Mari Perusso:  
1039Viu, a gente conversando a gente consegue, a gente vai longe. Vários conselheiros  
1040falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Vinte e quatro  
1041votos. Algum voto em contrario? Alguma abstenção? Vários conselheiros falando ao  
1042mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso: Sexta proposta: "A critério do  
1043órgão ambiental, poderão ser fixados padrões de nitrogênio amoniacal e fósforo  
1044total;(Este item se deve a corpos hídricos receptores que estejam comprometidos na sua  
1045qualidade, tendo em vista a melhora progressiva da qualidade do corpo receptor).". Sra.  
1046Ana Rosa Bered: A justificativa é essa, o objetivo de todos nós, é melhorar a qualidade  
1047dos corpos receptores, então em determinados corpos receptores a gente se atribui a  
1048possibilidade de fixar para estes dois, nitrogênio amoniacal e fósforo total, que é  
1049excluído da quatrocentos e trinta, em alguns casos onde se entenda que o corpo hídrico  
1050receptor não sustenta a pessoa viver, entende-se que se deverá determinar certos

1051valores, fui clara. Sra. Presidente Mari Perusso: Sim. Em votação. Quería falar Finamor?  
1052Sr. José Homero Finamor Pinto: Este assunto de nitrogênio e fósforo, ele esta previsto  
1053que em casos excepcionais também possam ser determinados. Sra. Presidente Mari  
1054Perusso: Sim. Sr. Ivo Lessa: Nos municípios onde os loteamentos se incluem no impacto  
1055local pode ser de critério do órgão ambiental estes padrões. Diferente disto é do  
1056CONSEMA e não do órgão ambiental, falar em órgão ambiental limita-se a uma coisa  
1057restrita... Sr. Thiago Krebbs: Desculpe-me, mais na verdade o órgão ambiental, é o  
1058órgão ambiental competente, no caso do município se ele tiver competência para aquilo,  
1059ele será o órgão ambiental. Como logística, esta escrito, não esta informado. Sr. Ivo  
1060Lessa: Como logística não esta escrito. Sr. Thiago Krebbs: Você esta certo. É o órgão  
1061ambiental, o órgão ambiental que é competente, na verdade pode ser municipal,  
1062estadual. Sra. Presidente Mari Perusso: Eduardo. Sr. Eduardo Stumpf: Eu queria justificar  
1063que sou contrario a isso, embora isso seja pertinente, por que eu acho que a gente tem  
1064que fazer a discussão desta matéria como um todo. Por que? O que nós temos hoje? No  
1065momento em que o CONSEMA tem essa prerrogativa de, com base nas propostas que os  
1066órgãos apresentaram, FEPAM e SEMA, fixar comparando os parâmetros, então a  
1067proposta é que isso seja discutido numa outra instância, para nós chegarmos a uma  
1068resolução que de segurança para o órgão ambiental. Por que a FEPAM fica fixando  
1069parâmetros e não é essa a competência da FEPAM, a FEPAM fixa parâmetros por conta  
1070do CONSEMA não funcionar e não fixar os parâmetros. O órgão legislador é o CONSEMA.  
1071Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sr. Ivo Lessa: Deixa eu  
1072entender... Sra. Presidente Mari Perusso: Só um pouquinho gente. Sr. Ivo Lessa: ...com  
1073a condição excepcional, para nós atendermos a legislação federal, é isso. Então como é  
1074que, se nós estamos buscando parâmetros pra atingir a legislação federal, nós vamos  
1075começar a restringir aqui. Hoje. já. Eu acho que nós temos que atingir em caráter  
1076excepcional a legislação federal. Sra. Ana Rosa Bered: Eu posso explicar? Sra. Presidente  
1077Mari Perusso: Pode. Antes da votação. Sra. Ana Rosa Bered: Eu peço a atenção. Ivo, eu  
1078vou explicar. É que assim, o intuito dessta proposta, se for aprovada hoje, é melhorar as  
1079condições ambientais da água... (inaudível)... este é o principio. Então o que é que o  
1080Corpo Técnico da FEPAM analisou, quais são os aspectos em que a gente tem que se  
1081deter para melhorar. Quais deles é que... (inaudível)... dar as condições de...  
1082(inaudível)... em casos em que, se entende que vai piorar, por que o corpo hídrico é...  
1083(inaudível)... ou por que, não sei, esta comprometido, ou é uma lagoa... (inaudível)...  
1084Esta é a abertura, para gente poder em casos excepcionais, também, se definir alguns  
1085padrões, para melhorar a qualidade da água, que é o que a gente entendeu, e que é o  
1086objetivo da gente estar aqui. Sra. Presidente Mari Perusso: Em votação... Fala Eduardo.  
1087Sr. Eduardo Stumpf: Não é só para referendar; no momento em este CONSEMA é  
1088incompetente. No momento que nós aprovar isso, nós estamos atestando a nossa  
1089incompetência tão grande, que a gente esta delegando para a FEPAM o poder de decidir.  
1090Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra. Presidente Mari Perusso:  
1091Vamos lá. Proposta seis: "A critério do órgão ambiental, poderão ser fixados padrões de  
1092nitrogênio amoniacal e fósforo total;". Quem é favorável a inclusão deste item como  
1093artigo na resolução levanta o crachá. Quatro. Quem é favorável a não inclusão deste  
1094artigo na resolução, por favor levante o crachá. Proposta numero sete... a desculpe-me.  
1095Abstenções? Quatro a favor, dezesseis contra e quatro abstenções. Proposta numero  
1096sete para inclusão como artigo: "Deverá ser realizado diagnóstico do corpo receptor  
1097quanto à presença de cianobactérias e posterior monitoramento, com vistas ao  
1098atendimento dos padrões elencados na Resolução CONAMA trezentos e cinquenta e sete  
1099de dois mil e cinco; (Em função da caracterização do corpo hídrico receptor e seu  
1100comprometimento, se verificará a necessidade quanto ao atendimento dos padrões para  
1101cianobactérias)". O Thiago alerta que nós não estamos suspendendo a três, cinco, sete,

1102ela continua em vigor, ela é uma resolução do CONAMA. Então tem alguma fala sobre  
1103isso? Sra. Ana Rosa Bered: Não. É exatamente o que esta aqui. Sra. Presidente Mari  
1104Perusso: É exatamente o que esta aqui. Fala Finamor. Sr. José Homero Finamor Pinto: A  
1105resolução do CONAMA, a quatrocentos e trinta já prevê isso. Sra. Presidente Mari  
1106Perusso: Esta bem. Em votação. Proposta do item sete, quem é favorável a inclusão  
1107desta proposta como artigo na resolução, levanta o crachá. Três. Que é contrario a esta  
1108proposta de inclusão na resolução, levanta o crachá. Dezessete. Abstencões. Três. Três  
1109a favor, dezessete contra e três abstencões. As outras duas questões nós já tínhamos  
1110analisado. Decima e ultima: "Se durante a operação do SES (Sistema de Esgotamento  
1111Sanitário), os monitoramentos/análises demonstrarem o não atendimento da resolução  
1112proposta, o órgão ambiental exigirá tratamento complementar.". Em votação, proposta  
1113para ser incluída como artigo na resolução. Que é favorável, por favor levantar o crachá.  
1114Duas. Quem é contrario a inclusão como artigo? Dezessete. Abstencões? Duas pela  
1115inclusão, contra dezessete e abstencões quatro. Bom a proposta três que foi aprovada,  
1116ela ficaria como artigo três, a proposta cinco que foi aprovada ficaria como artigo quarto  
1117e o o artigo terceiro ficaria como artigo quinto, e o artigo quarto como artigo sexto. Eu  
1118tinha falado aqui, em querer trabalhar a pauta, mas diante do esclarecimento das  
1119pessoas aqui do plenário que não trabalharíamos pauta, e eu como gestora  
1120encaminharei um ofício para que a Câmara decida temas como o conhecimento do  
1121CONSEMA da questão do SIRAM (Sistema Integrado de Regularização Ambiental) e de  
1122projetos estratégicos que hoje trabalham dentro da SEMA e da FEPAM, que eu acho que  
1123seria de muita importância que o corpo do CONSEMA, que os conselheiros e conselheiras  
1124conhecessem profundamente, este projetos estratégicos, que na visão do gestor serão  
1125importantes pra gente dar um salto de qualidade muito grande na gestão destes dois  
1126órgãos. Então isso eu vou formalizar esta questão pra que a gente possa trabalhar este  
1127tema. Tinha alguém inscrito antes. Sr. Fernando Hartmann: Fernando da Sociedade de  
1128Engenharia. Nós aprovamos antes, naquele artigo que se refere ao não recebimento de  
1129lodo de foças sépticas e banheiros químicos. O que vai ser feito no estado com relação a  
1130limpeza geral disto aí. Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra.  
1131Presidente Mari Perusso: Finamor. Sr. José Homero Finamor Pinto: É a respeito disto aí  
1132que o Fernando perguntou, que é muito importante, não é uma questão de pegar o  
1133descarte, é de onde jogar isso. Vocês sabem que tem uma realidade... os banheiros  
1134químicos tem que ser descarregados, as foças sépticas elas duram um ano, e depois elas  
1135ficam assoreadas e não servem para mais nada, ela é uma caixa de passagem. O  
1136chorume, o lodo... eu estou falando em tratamento... Vários conselheiros falando ao  
1137mesmo tempo. (inaudível). Sr. José Homero Finamor Pinto: A pergunta que ele esta  
1138falando ali, é que da forma que ficou ali o órgão ambiental vai ter que resolver quando  
1139chegar alguém e perguntar aonde é que vai jogar o esgoto dos banheiros químicos, o  
1140chorume, os efluentes hospitalares que hoje eles vem para a rede coletora... Conselheira  
1141não identificada: (inaudível). Sr. José Homero Finamor Pinto: não poderão receber o  
1142certificado... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sr. José Homero  
1143Finamor Pinto: ...vai dar pra todo mundo, tem gente que recolhe o banheiro químico,  
1144mas aonde é que ele vai jogar... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo.  
1145(inaudível). Sr. Eduardo Stumpf: todo mundo falando ao mesmo tempo não vai dar.  
1146Conselheiro não identificado: O banheiro químico, é na verdade um esgoto sanitário.  
1147Conselheiro não identificado: Não. Vários conselheiros falando ao mesmo tempo.  
1148(inaudível). Sra. Lisiane Becker: Eu gostaria de lembrar novamente, na reunião anterior  
1149eu já solicitei, das atas. Por que nós discutimos aqui durante três ou quatro reuniões as  
1150pautas para os próximos dois anos, e foram votados os assuntos, por temas e nós nunca  
1151recebemos estas atas... Vários conselheiros falando ao mesmo tempo. (inaudível). Sra.  
1152Lisiane Becker: ...o quanto antes possível, as três ultimas atas pelo menos por que elas

1153 trazem os itens que foram priorizados... Sra. Presidente Mari Perusso: dá pra  
1154 disponibilizar na próxima reunião? Sra. Gabriela Freitas: A gente vai fazer um esforço,  
1155 por que a gente tem uma dificuldade, e os conselheiros sabem, que é de a gente fazer a  
1156 degravação no detalhe de tudo que é dito, e a nossa equipe esta composta hoje por  
1157 duas pessoas. Sra. Lisiane Becker: Eu entendo aqui também, mas sabe por que é  
1158 complicado. Por que a gente esquece o que foi votado, e o que foi acordado. A gente  
1159 não tem que discutir culpa, mas assim o SIRAM é muito bom ser apresentado aqui, mas  
1160 já foi apresentado aqui, não tem problemas a gente ver de novo... Sra. Presidente Mari  
1161 Perusso: Então esta resolvida a questão do SIRAM. Sra. Lisiane Becker: Não. Não é isto  
1162 que eu estou dizendo, é que tem coisas que vão acontecendo e podem acontecer  
1163 novamente sem dúvida, só que é bom a gente ter o registro destas coisas, pra mim é  
1164 fundamental, pra não esquecer a história, do que é que a gente já propos, do que a  
1165 gente esta propondo. Sra. Presidente Mari Perusso: Então o esforço vai ser total aqui da  
1166 Gabriela e quem trabalhar para ter na próxima reunião ordinária, mas assim eu  
1167 acompanho muito o SIRAM mesmo ele na sala de gestão, mas eu acho que a gente tem  
1168 que discutir mais e verdadeiramente trabalhar a implementação, então é importante... a  
1169 gente discute, mas não é o suficiente. Sra. Lisiane Becker: Eu não entendo... Sra.  
1170 Presidente Mari Perusso: Não entendi, mas é importante isso. Eduardo. Ah! Desculpe-  
1171 me! A Mira Serra. Sra. Lisiane Becker: até o que ela falou e complemento, e vou falar  
1172 novamente. Eu não vejo como uma justificativa o numero de pessoas para não fazer ata,  
1173 nós já tivemos dentro do conselho, do CONSEMA, uma pessoa fazendo o trabalho de  
1174 todas as Câmaras Técnicas e do CONSEMA. Atas, não é relatos, atas, esta acumulando  
1175 as atas, nós temos uma ata. Sra. Presidente Mari Perusso: Eu já tinha dito aqui que não  
1176 vamos fazer uma esforço... Sra. Lisiane Becker: ...o que foi falado do PAC aqui, não é  
1177 assim... não tem nada comprovado aqui... Sra. Presidente Mari Perusso: Lisiane. Esse  
1178 argumento é valido, tanto que a gente aceita ele várias vezes de quando as coisas não  
1179 tem andamento no prazo, que poderia ter dado, por que o corpo é insuficiente, então a  
1180 gente precisa ter um dialogo, ter um pouco de paciência... Sra. Lisiane Becker: ...nós  
1181 temos menos pessoas... Sra. Presidente Mari Perusso: ...mas se a gente aplicar pra isso,  
1182 essa... Sra. Lisiane Becker: ...eu não consigo entender por que o contrato... Sra.  
1183 Presidente Mari Perusso: ...sim mas é uma... tu esta levantando uma falsa polemica. Já  
1184 teve o compromisso meu aqui de que a Gabriela fará esse esforço. E a gente não pode  
1185 ser tão dura, do meu ponto de vista, com isso, por que se a gente fizer isso com alguma  
1186 coisa a gente vai ter que fazer com tudo, e com tudo é complicado, então... Sra. Lisiane  
1187 Becker: (inaudível) ...em um ano. Sra. Presidente Mari Perusso: Bom eu posso falar por  
1188 mim, não posso falar pelos outros. Sr. Eduardo Stumpf: É só em relação a questão da  
1189 agenda, a agenda ela foi toda discutida, foi toda aprovada, e nós fizemos três  
1190 deliberações, conjunto de três deliberações: assuntos que vão diretos para as Câmaras  
1191 Técnicas que são assuntos já ligados as Câmaras Técnicas, por exemplo a qualidade da  
1192 água que são assuntos importantes. É importante que já sendo discutidos pelos técnicos.  
1193 Mas a questão que esta sendo discutida hoje, que é o sistema de saneamento, de  
1194 esgotamento. Isso se ficou de fazer uma apresentação geral dentro do CONSEMA, como  
1195 se fosse um diagnostico situacional, um diagnostico de todo o sistema, pra depois nós  
1196 deliberarmos, se vamos fazer resolução, como nós vamos interagir com outros sistemas  
1197 de saneamento, o Conselho Estadual de Saneamento CONESAN entre outros, e com  
1198 relação ao SIRAN também, que esta pautado como diagnostico, então cabe ele vim pra  
1199 cá. É importante na próxima reunião... Sra. Presidente Mari Perusso: Qual é o  
1200 andamento. Sr. Eduardo Stumpf: Na próxima reunião dentro daqueles temas, eu acho  
1201 que temos trinta pontos. Então eu seria trazer esses assuntos priorizados pra pauta e aí  
1202 nós discutimos, quando nós discutimos. Até alguma coisa nós já tínhamos decidido, por  
1203 exemplo Recursos Hídricos, a proposta do Hartmann, seria uma das coisas primeiras, por



1204exemplo a questão dos Resíduos Sólidos nós só íamos discutir em dois mil e quatorze...  
1205Conselheira não identificada: É só ver as atas, e a gente pegar. Sr. Eduardo Stumpf: Não  
1206eu tenho no papel aqui, e é isso que eu estou pedindo, que se traga isso sistematizado.  
1207É só colocar em ordem, por exemplo Resíduos Sólidos a gente já tinha dado indicativos  
1208pra discutir só em dois mil e quatorze depois que todos os temas tivessem implantados.  
1209Sra. Presidente Mari Perusso: Esta bem! Sr. Ivo Lessa: Secretaria, só uma manifestação  
1210em nome da FARSUL, trazendo o nosso apoio a sua estada aqui na secretária e apoio ao  
1211governo. E dizer que sempre estaremos presentes envolvidos os nossos interesses ou  
1212contra os nosso interesses, mas nós sempre estaremos presentes nesta discussão, e  
1213gostaríamos de deixar bem claro ao estado que é um momento de nós crescemos, e a  
1214senhora pode levar ao Governo do Estado que sempre estaremos juntos na busca de um  
1215entendimento na resolução dos problemas ambientais do nosso estado. Sra. Presidente  
1216Mari Perusso: Muito obrigado. Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra. Não. Sem  
1217mais. Declaro aqui encerrada a nossa reunião extraordinária. Muito obrigada a todos e a  
1218todas.

---

**Mari Perusso**

SEMA

Presidente do CONSEMA

---

**Fernando Hartmann**

SERGS

---

**Itabajara Vaz**

Cbiot

---

**Ana Rosa Bered**

Corpo Técnico da FEPAM

---

**Lisiane Becker**

Miraserra

---

**Ludwig Buckup**  
IGRÉ

---

**Angêlo Antonio V. Silva**  
SSP-BM-CABM

---

**Edi Xavier Fonseca**  
AGAPAN

---

**Alexandre Scheifler**  
FETAG/RS

---

**Paulo Brack**  
INGÁ

---

**Gilda Goulart**  
FAMURS

---

**José Homero Finamor Pinto**  
CREA

---

**Darci Bernech Campani**  
UFRGS

---

**Paulo José Gallas**  
SCIT

---

**Silvana Favreto**  
SEDUC

---

**André José Kryszczun**  
SEDAC

---

**Ana Lucia Cruz**  
SINDIÁGUA/RS

---

**Luiza Christina Schafer**  
SEPLAG

---

**Ivo Lessa**  
FARSUL

---

**Jurandir Farias**  
SEINFRA

---

**Torvaldo Marzolla**  
FIERGS

---

**Marco Antonio Franceschi**  
SDPI

---

---

**João Pessoa R. Moreira Junior**  
IBAMA

---

**Clóvis Kurtz Galery**  
SES

---

**João Carlos A. Santos**  
SOP/RS

---

**Eduardo Stunpf**  
Fórum de Comitês de Bacia Hidrográficas

---

**Valdir P. Zonin**  
SEAPA

---

**Márcia Gomes**  
FEPAM